

CAPÍTULO SEIS



Investigação básica – técnicas e ferramentas

Objectivos de aprendizagem

Quando tiver terminado o estudo deste capítulo, deverá ser capaz de:

- Conhecer o significado de ‘seguir o rasto documental’ e ‘mineração de dados’ e aplicar estas técnicas no contexto do seu próprio país, por muito fracas que sejam as informações
- Possuir um conhecimento básico de reportagens assistidas por computador (RAC)
- Conhecer os princípios das ferramentas de gestão de bases de dados
- Utilizar processos de Acesso a Informação para informar e reforçar as suas reportagens de investigação
- Saber identificar quando uma reportagem necessita de estatísticas e de factos
- Identificar o tipo de informações numéricas necessárias
- Realizar operações aritméticas básicas com números
- Entender como as estatísticas são recolhidas e compiladas
- Saber o que as estatísticas podem (ou não) transmitir e como podem induzir em erro
- Identificar ideias para artigos a partir de informação numérica e estatística
- Fazer perguntas fundamentais e verificar as estatísticas fornecidas por outros
- Desenvolver perguntas para entrevistas derivadas de informação numérica e estatística
- Transmitir informação numérica e estatística com coerência e exactidão aos leitores.

NOTA: Este capítulo reúne e desenvolve temas e conhecimentos tratados nos capítulos anteriores do manual de JI. Como tal, recomendamos que leia primeiro os Capítulos 1-5 e, no que toca aos aspectos deontológicos importantes aqui levantados em relação ao trabalho de investigação, consulte também o Capítulo 8 sobre os aspectos legais e deontológicos.

 Konrad
Adenauer
Stiftung

 INVESTIGATIVE
JOURNALISM
WORKSHOP

 Fair
FORUM for
AFRICAN
INVESTIGATIVE
REPORTERS

 cij

Os fundamentos da investigação

O jornalismo de investigação tem de se fundamentar no conhecimento de como os sistemas funcionam – ou deviam funcionar. Daí, fará perguntas como

- ❓ Como deve este processo ou sistema funcionar?
- ❓ Quem deve fazer o quê, e quando, e como?
- ❓ Que documentação deve existir para registar e fazer o acompanhamento do sistema?
- ❓ Que normas devem existir, como foram estabelecidas e quem é responsável por assegurar que sejam cumpridas?

Quanto mais exaustivas as suas respostas a estas perguntas, quanto maior será a probabilidade de ficar com uma ideia de como as coisas podem correr mal – e identificar precisamente o que correu mal.

O mapeamento de qualquer área de conhecimento abrange dois aspectos: o qualitativo e o quantitativo. O mapeamento qualitativo tem a ver com pessoas, eventos, razões, motivações, sentimentos e argumentos. As abordagens quantitativas colocam os números no mapa: a quantos controlos de garantia deve um medicamento ser submetido; quais são os níveis de poluição do lago; quais são as tendências em relação ao crime na cidade nos últimos cinco anos? Frequentemente, são os números que podem tornar uma notícia local e pouco significativa numa investigação nacional de grande alcance, ao proporcionar provas concretas que, por exemplo, as taxas de desistência escolar na sua comunidade tipificam um problema que afecta todo o país.

Este capítulo introduz as ferramentas e as abordagens básicas para investigar informações assentes em números e apresenta algumas das noções principais com que se deparará ao lidar com estes tipos de informação.

Descobrir onde as coisas correram mal

Em 2008, o Governo dos Estados Unidos estimou que o custo da Guerra do Iraque até essa data totalizava 600 biliões de dólares norte americanos. O economista, Joseph Stiglitz, e a jornalista de investigação, Linda Bilmes, escreveram uma obra onde afirmaram que o custo da guerra ascenderá aos 3 triliões. Parte deste argumento assenta em previsões diferentes, e em modos diferentes de categorizar a informação disponível: os tipos de coisas que provavelmente manterão o debate aceso entre os economistas. Mas, o essencial do argumento que expõem assenta nos seus conhecimentos profundos de como o sistema de financiamento da guerra funciona na realidade: a proveniência do dinheiro e o facto de que as apresentações oficiais do orçamento nem sempre revelam tudo. Por exemplo, o Departamento da Defesa norte-americano aplica o regime de caixa como método de contabilidade; ao contrário da maioria dos outros tipos de contabilidade, não inclui os compromissos de despesa futura nas suas demonstrações. Stiglitz e Bilmes não teriam completado a sua investigação sem este conhecimento do sistema.

Bases de dados

Investigação básica –
técnicas e ferramentas

desenvolver a sua própria base de dados

Em muitos lugares em África, é impossível aceder a registos pelo simples facto de estes não existirem. A câmara municipal pode possuir umas folhas em fichas de cartolina no armário, mas nem o presidente da câmara sabe o que contém. Existe uma lista telefónica da região, mas esta data de 1993 e ninguém sabe onde está. Nem a polícia local nem as autoridades prisionais mantêm um registo exacto dos presos, os períodos de detenção, ou os motivos que as levou à prisão.

Face a esta escassez de documentos, existem dois modos principais de investigar as questões:

- As suas próprias observações
- Entrevistas estruturadas de outros com respectivas recordações e observações

Em primeiro lugar, tudo começa com a sua própria observação: **ver e viver** algo (frequentemente, quando está a realizar estudos dos consumidores, por exemplo, sentado, esperando para ser atendido numa sala de espera de um hospital, ou participando numa investigação furtiva conforme descrito anteriormente).

Mas depois de ter vivido, visto ou ouvido algo que defina como sendo uma questão prioritária, deverá enveredar pelo segundo modo: perguntar às outras pessoas.

Fazer entrevistas estruturadas

Não deve limitar-se a falar com as pessoas no estilo normal de entrevista jornalística – embora venha a ter também estes tipos de conversas. Deve também desenvolver um processo sistemático para criar a sua própria base de dados e estatísticas, com base no que as pessoas viveram ou testemunharam. Deve utilizar entrevistas estruturadas – ou seja, compilar uma lista de perguntas padronizadas que deve colocar a todos os entrevistados (mas deve também acrescentar outras perguntas para conferir alguma flexibilidade às entrevistas, caso surja um aspecto particular durante uma conversa na entrevista). Pelo facto de não existirem registos escritos contra os quais conferir as declarações orais, é fundamental que a informação seja compilada num formato semelhante à estatística. Efectivamente, está a realizar um mini levantamento.

- 1 Compilar uma lista exaustiva de perguntas que permitam o apuramento dos factos – por exemplo, perguntar a todos se se lembram da primeira vez que algo sucedeu. Assim, poderá averiguar quando um problema se registou pela primeira vez (violações e pilhagens por estanhos; culturas fracassadas; pessoas com máquinas a escavar; deterioração das estradas; desaparecimento de pessoas locais); as causas possíveis destes fenómenos (as pessoas dirão algo como: 'Foi por essa altura que X também sucedeu); e as respostas das pessoas ('Decidimos mudar para a aldeia X').
- 2 Faça as mesmas perguntas a muitas pessoas. Na secção acerca das estatísticas, fazemos referências a amostragens. Neste caso, está a compilar a sua própria amostra: certifique-se de que é suficientemente ampla para lhe conferir peso e ser suficientemente representativa das opiniões de todas as partes interessadas.
- 3 Faça as perguntas com precisão, procure dados concretos e registe as respostas com exactidão. Consulte as dicas no capítulo que trata de entrevistas: este trata-se de um tipo de entrevista onde perguntas fechadas podem ser úteis para obter respostas definitivas, embora devam suscitar também respostas expressivas e sugestivas.
- 4 As repostas podem depois ser utilizadas para desenvolver a sua própria base de dados.

A importância de estruturar as suas perguntas

Quer saber como a extinção da floresta tem afectado a vida das pessoas. A pergunta "Como é que isto o/a afecta?" suscitará respostas de ordem humana, emotiva, óptimas para incluir na sua reportagem. Mas algo de mais estruturado servirá de material que pode ser acrescentado à base de dados, por exemplo:

- 1 "Antes de começarem a abater as árvores, porque visitava a floresta?"
 - Recolher plantas e frutos silvestres
 - Caça
 - Colher mel
 - Colher medicinas tradicionais
 - Culto tradicional
 - Colher lenha
 - Colher madeira para construção
 - Colher madeira para peças de artesanato
 - Outras razões ... (explicitar)"
- 2 "Quais destas razões é que o/a motivavam mais a entrar na floresta?"
- 3 "Quais destas actividades ainda continua a fazer?"
- 4 "Como é que isto tem afectado a sua dieta / vida quotidiana / rendimentos / cultura da sua comunidade?"

Estas respostas permitir-lhe-ão desenvolver uma base de dados com informação sobre o uso da terra e a importância da floresta na economia da aldeia, e permitirá que determine com precisão quais as áreas que mais são afectadas. Mas, como é evidente, quererá também perguntar: "Como é que a perda de acesso à floresta o faz sentir?"

Exercício 1**Criar a sua própria base de dados**

Elabore cinco perguntas estruturadas que o permitirão estabelecer uma mini base de dados sobre como uma aldeia rural num local recôndito foi afectada pela entrada de trabalhadores de construção numa obra de conversão de um lago numa represa. Ouviu dizer que têm dinheiro para gastar e, por conseguinte, podem pagar preços mais elevados pela fruta e pelo peixe, mas que também se têm registado muitos mais incidentes de estupro, violação e brigas na cervejaria.

Perguntas

OBSERVAÇÕES

Existem muitas maneiras de executar esta tarefa. Mas, o ideal é que as suas perguntas contribuam para retratar a situação antes/depois, com enfoque na vida económica e social. Assim, cinco perguntas de ‘arranque’ podem ser:

- 1** Os trabalhadores da barragem vêm à aldeia:
 - Para comprar alimentos?
 - Para comprar bebida?
 - Para conviver?
 - Outras razões?
- 2** (Para os comerciantes da aldeia) Que negócio trava?
- 3** Desde que os trabalhadores da represa começaram a visitar a aldeia, o seu negócio
 - Subiu?
 - Desceu?
 - Não mudou?
- 4** É capaz de estimar, mais ou menor, o valor desta mudança?
- 5** Desde que os trabalhadores começaram a visitar a aldeia, diria que
 - Existem laços de amizade entre os trabalhadores e os habitantes da aldeia
 - Existem tensões entre os trabalhadores e os habitantes da aldeia
 - Pode dar-me um exemplo que ilustre os seus sentimentos a este respeito?

... e assim por diante

Ao lidar com acusações, ou questões de responsabilidade – ‘O Governo deu a nossa terra a este promotor do estrangeiro e agora ficámos sem terra’ – é ainda mais importante recolher declarações concretas de um grande grupo de pessoas. (Porquanto que a conservatória dos registos prediais está numa total desordem). Os entrevistados deverão dar tantos pormenores quanto possível (‘A terra que estende do fim destas rochas até ao rio no Sul foi dada à minha família pelo Governador X. O bisavô costumava falar dos encontros entre o avô e o Governador, um homem com um grande bigode’). Uma busca na Internet sobre a história da era colonial poderá produzir uma descrição ou uma fotografia do governador com o grande bigode: uma indicação da veracidade da afirmação. (bem haja a Internet, que pode ser consultada até na ausência de documentos!)

As entrevistas com um grupo grande de pessoas sem terra produzirão muitas histórias semelhantes, revelando que a um determinado momento receberam a visita de pessoas de uma certa empresa que lhes mostraram documentos de despejo. Nem que não tivessem recebido cópias do documento, algumas pessoas conhecerão o nome da empresa.

O resto é mais fácil. Se a empresa for uma promotora estrangeira, a sua existência terá sido registada. Nem que o registo comercial esteja tão desorganizado quando o registo predial, os portais internacionais produzirão alguns resultados. Hoje em dia, os registos comerciais de muitos países ocidentais estão disponíveis em linha; o registo comercial da África do Sul pode ser acedido através do FAIR, na lista telefónica e nas páginas amarelas, e também em linha. Pode telefonar à empresa e pedir o seu comentário, e também perguntar ao Ministério responsável pelos assuntos agrários do país em questão porque permitiu que os legítimos proprietários da terra ficassem desalojados. E assim tem a sua reportagem.

Se for um caso de extorsão de terras por um cidadão nacional, peça aos trabalhadores, que agora estão a vedar o terreno e a prepará-lo para ser desenvolvido, que identifiquem o ‘Patrão’. Se não conhecerem o nome dele, então que o descrevam pelo aspecto, língua, sotaque, ou matrícula da viatura. Se persistir em telefonar constantemente para as autoridades locais (de licenciamento) e para o Ministério responsável pelos assuntos agrários, irá eventualmente obter um nome.

Estudo de caso: Escassez alimentar na Zâmbia

Independentemente da questão que atrai o seu interesse, as pessoas locais possuem muitos conhecimentos para começar a desenvolver uma hipótese. Chali Mulenga, o redactor responsável pelos assuntos agrários na província sul da Zâmbia, por exemplo, já tem uma ideia das razões pela fraca produção de produtos alimentares na sua província, embora tivesse sido o ‘cesto alimentar’ do país no passado. Ele revela a sua hipótese:

‘Programas de desenvolvimento que não funcionam, fraco atendimento do VIH/SIDA, doenças de gado não tratadas, alimentos oferecidos gratuitamente pelas sociedades de caridade. Todos estes factores suscitaram alguma relutância e levaram a que os agricultores se vissem impossibilitados de continuar as suas actividades agrícolas.’

Na ausência de registos municipais ou nacionais, as afirmações das pessoas (observação e mini levantamento de Mulenga) proporcionaram materiais suficientes para criar uma hipótese relacionada com as causas da actual crise alimentar.

Mulenga acrescenta: ‘Para elaborar uma reportagem, eu visitava zonas na minha província que no passado costumavam ser zonas agrícolas para observar e investigar, através de entrevistas com antigos agricultores, a veracidade das hipóteses. Depois, se o Governo não tivesse documentos para me dar, eu obtinha os registos documentais das organizações de desenvolvimento e dos doadores de caridade. Depois questionava os funcionários públicos e as agências doadores. Assim, teria informações suficientes para produzir a reportagem.’

O único problema de Mulenga: fundos insuficientes para viajar e testar a sua hipótese nas outras áreas provinciais que tem em mente ...

A expressão ‘rasto documental’ é uma metáfora, derivada de uma brincadeira de escola onde o líder corria pelo campo e deixava cair pedaços de papel, e o grupo depois procurava apanhá-lo, ao seguir o rasto dos papéis. Se pensar nesta metáfora, é fácil visualizar como o ‘rasto documental’ se aplica também ao jornalismo de investigação.

‘Seguir o rasto documental’ trata-se do processo de

- Identificar o paradeiro dos documentos de que precisa para sustentar a hipótese que pretende apurar na sua investigação
- Desenvolver uma estratégia para aceder aos mesmos
- E depois usar um documento para indicar o seguinte documento relevante.

Por exemplo:

Está a procurar averiguar a reputação de uma pessoa – mas só tem uma certidão de nascimento e um CV

- Procura registos acerca da pessoa noutros sítios. Isto é conhecido como traçar do perfil da pessoa, ou *profiling*, expressão derivada da língua inglesa. Bases de dados específicas podem ser úteis para desenvolver o perfil de uma pessoa:
 - o registo comercial, onde poderá estabelecer se a pessoa é administrador de uma sociedade, e daí poderá estabelecer

quem são os sócios dessa sociedade e aceder aos relatórios anuais dos accionistas

- o registo predial, onde poderá averiguar quantas casas, propriedades ou terrenos a pessoa possui
- registos dos tribunais, para saber se a pessoa esteve envolvida num processo jurídico
- autoridades de registo de viaturas, para saber que tipo de viatura a pessoa conduz
- autoridades fiscais, para saber se uma empresa está registada para o pagamento de IVA
- e, se quiser saber se a morada condiz com uma casa de luxo ou a uma habitação mais modesta, pode sempre pesquisar em Google Earth, que permite visualizar a moradia a partir de uma fotografia satélite.
- Depois, segue o rasto dos documentos para procurar vínculos entre as suas constatações e os conhecimentos que possui acerca do historial profissional da pessoa.
- Anote tudo quanto está contido nestes documentos iniciais e que possa ter qualquer pertinência; talvez o facto de o CV dessa pessoa revelar que exercia a função de ‘oficial de segurança’ numa empresa de mineração numa zona afectada por guerra civil (envolvendo diamantes de conflito) durante esse período, ou ainda o facto de não existir qualquer informação com respeito a alguns anos. (É aqui que entra em jogo os conhecimentos numéricos. Pode somar os anos que passou nas várias funções, comparar à soma dos anos reflectidos no historial profissional, e ver se existem lacunas.)
- Os registos de trabalho ou da empresa podem indicar que uma pessoa deixou a empresa muito subitamente. Isto poderá levá-lo a procurar mais documentos acerca dessa pessoa nesse local de trabalho ou empresa. É possível que venha a saber que o departamento de recursos humanos registou uma queixa de roubo ou fraude contra a pessoa. Pode seguir o rasto desse registo e procurar registos de polícia/tribunal/prisão acerca dessa pessoa, e assim por diante. Por outras palavras, utiliza um documento para o levar a outro, que proporciona confirmação.
- Para poder distinguir entre documentos relevantes e irrelevantes, deverá exercer alguma empatia. Coloque-se na situação da pessoa e imagine vários cenários: o que poderá a pessoa ter feito então? Porque terá ela reagido desse modo? Terá feito qualquer diferença se a pessoa tivesse enveredado pela opção A ou opção B? Isto evitará uma caça aos gambozinos. Se, após uma ausência no exterior (em condições misteriosas) de cinco anos, a pessoa é designada ‘assessor’ do Presidente, não faz sentido procurar documentos sobre o historial da pessoa junto do gabinete do Presidente. É provável que a nomeação tenha sido feita a alto nível e à porta fechada com base num simples contrato de prazo determinado, se isso. A procura por documentos no país exterior onde a pessoa viveu será muito mais proveitosa, ou tente apurar os movimentos da pessoa pela fronteira durante a sua ausência.

Grande parte do rasto documental consiste em registos públicos, embora tenha de utilizar as suas habilidades de cultivo de fontes para aceder a documentos privados.

O manual do repórter de investigação (*Investigative Reporter's Handbook* - IRE) contém uma descrição útil de uma técnica conhecida como ‘antecedentes paralelos’, ou *parallel backgrounding* em inglês. A técnica de antecedentes paralelos consiste em comparar rastros documentais – por exemplo, os documentos acerca da sociedade e os documentos acerca de um director da sociedade. Os registos do gerente não revelarão que o edifício que ele administrou em nome da sociedade foi encerrado pelas autoridades por jogo ilícito, ou que chefiou uma proposta duvidosa para um concurso público. Estes factos só virão ao decima quando comparar o historial da empresa à carreira pessoal do gerente.

Bibliotecas e jornais locais

Muitos jornalistas pensam que a utilização de bibliotecas e arquivos é simples. A indexação é feita por ordem alfabética – é só questão de procurar o nome da pessoa. Porém, nem sempre é assim tão simples. Se os registos estiverem computadorizados, a introdução de um nome pode produzir resultados relevantes – frequentemente no meio de muitos outros irrelevantes.

Mas, em muitos países africanos, os registos públicos não passam de caixas cheias de papéis arrumadas numa sala empoeirada. Para além de aprender a negociar com a pessoa responsável por controlar o acesso a esta sala, eis um outro princípio fundamental que deve dominar:



Antes de procurar um documento, informe-se como os documentos estão indexados e como utilizar o índice! Isto pode poupar-lhe horas de trabalho.

Não descurar as bases de dados noticiosas. Frequentemente, a busca por registos públicos como certidões de nascimento ou cartas de condução parece ser o melhor ponto de partida. Mas as bases de dados com notícias podem ser surpreendentemente úteis, até ao pesquisar acerca de uma pessoa. Se alguém está a usar o seu nome verdadeiro, uma pesquisa nos sites noticiosos pode resultar em processos jurídicos em que esteve envolvido ou até informação aparentemente banal, como a sua participação numa recepção da universidade. Cada uma destas informações fornece uma peça do puzzle da vida da pessoa que está a investigar. Um site com excelentes reportagens internacionais com buscas por palavras-chave é <http://newslink.org>. Pode também tentar www.topix.net.

Hoje em dia, muitos jornais locais estão disponíveis em linha. Não os ignore, nem ignore os seus próprios jornais locais, pois frequentemente contêm imensa informação que contribui para estabelecer o perfil da pessoa ou rastrear a sua vida, como:

- informação sobre entidades locais como bancos, empresas, direcções do Estado;
- informação sobre indivíduos e as suas redes sociais, desde reportagens sobre casamentos, funerais e óbitos, até relações familiares;
- notificações legais pagas sobre testamentos, alterações de nomes, liquidações, hastas públicas, concursos públicos,

propriedades confiscadas, propriedade não reivindicada, novos projectos de construção;

- detenção e declaração de culpabilidade de transgressores da lei; poderá encontrar o nome do condutor da carrinha que leva os seus filhos à escola num processo de condução enquanto embriagado, ou o nome de um membro do conselho de governação da escola num caso de violação.

Traçar o perfil do carácter

Ao traçar o perfil de uma pessoa, o nosso instinto de jornalista procura a melhor história, que frequentemente é também a mais desagradável. Mas o que precisamos são factos reais.

Como podemos 'ficar com uma sensação' da pessoa?

- Comece com os seus bens. São poucos os cidadãos africanos honestos e trabalhadores que possuem mansões em Mónaco.
- Depois examine o seu historial pessoal. Será que renunciou a oportunidades de enriquecimento pessoal por lealdade à instituição, como um hospital no centro de uma cidade que precisava dele? Os seus filhos frequentam escolas públicas?
- Por último, fale com pessoas que o conhecem ou que já trabalharam com ele. As pessoas que o conhecem descrevem-no como um homem bom? Face a tais evidências, é possível que comece a duvidar que está no caminho certo com o cabeçalho desagradável. (Mas há que ter cuidado com os 'superlativos do círculo íntimo': muitos dos grandes vigaristas estão rodeados de sicofantas, que têm por costume falar com grande efusividade sobre o seu intelecto, o amor pelo seu povo e os seus bons feitos. Esse não é o tipo de referência de carácter em que deve confiar logo à partida).

Lembre-se que, a investigação de uma questão pode levá-lo a uma pessoa ou a um grupo de pessoas, e as bases de dados para o desenvolvimento de perfis podem ter também o efeito inverso: um terreno ou uma morada pode levá-lo ao proprietário.

Resumindo, o rasto documental é seguido através de:

- Buscas na Internet, consultas de arquivos, e convencer fontes até recolher todos os registos públicos e documentos de acesso aberto ou de fácil acesso que possa encontrar acerca da pessoa
- Mapear todos estes documentos, aplicando as técnicas de mapeamento de dados descritas nos capítulos anteriores
- Procurar lacunas, contradições e inconsistências
- Depois ver quais documentos são necessários para colmatar as lacunas ou superar as contradições – e começar a procurá-los.

Exercício 2

Seguir o rasto documental

Pense numa função do governo central ou local de fácil definição e clara - por exemplo, fornecer refeições escolares, ou adjudicar contratos de aprovisionamento de hospitais – e mapeie a documentação que deve ser preparada em cada fase da função.

- Quais são os impressos que devem ser preenchidos? Quem os assina? Onde são arquivados?
- Estão disponíveis a inspecção pública? Qual é o processo para os aceder?
- Que normas regem o processo? O que constitui uma 'violação das normas'?
- Qual é o orçamento para esta função?
- Como é que o orçamento tem sido gasto nos últimos anos?
- A quem foi adjudicado o contrato? Tem sido adjudicado à mesma empresa sucessivamente?
- A empresa fornecedora mudou, e porquê?
- Se tivesse sido por má conduta ou serviço insatisfatório, que medidas foram tomadas? Qual foi a coima?

Poderá encontrar uma história. E, caso contrário, ficará familiarizado com os processos e as normas que regem um aspecto do governo local na sua zona.

Para quem tem acesso a um bom computador e software, existe uma ferramenta electrónica de gestão de projectos que o permite criar uma base de dados de entrevistados, contactos úteis, informadores e suas respectivas áreas de conhecimentos. Também contém um catálogo de perguntas que pode fazer, folhas de factos para ajudar a registar os factos apurados e os pressupostos que ainda precisam de ser comprovados, assim como hiperligações a documentos, factos, estatísticas, bancos de dados, actas e entrevistas/conversas pertinentes.

Se estiver a lidar com dados altamente sensíveis e deseja assegurar que a informação não chegue às mãos dos agentes de segurança do Estado ou de outras agências hostis, deve usar nomes de código e conservar os códigos num lugar seguro, ou gravar em *flash drives* cópias electrónicas da ferramenta que usa para descodificar a informação, que poderá guardar num cofre de banco, assim prevenindo-se contra a necessidade de gravar ou instalar a ferramenta no seu computador.

Mas, se não possuir estes recursos tecnológicos, pode criar um sistema semelhante com os seus documentos em papel. Convém utilizar blocos de notas diferentes para cada artigo e até para certos aspectos do mesmo artigo. Os documentos mais sensíveis

devem ser conservados em lugares seguros. Alguns jornalistas reproduzem várias cópias que distribuem entre amigos ou conservam em lugares seguros mas outros têm receio de o fazer. Quantas mais cópias produzir, maior a probabilidade de caírem nas mãos erradas.

Um sistema de arquivo ajuda a acompanhar os factos e a informação e permite-o aceder aos mesmos com facilidade sempre que for necessário. Mantenha uma síntese do sistema de arquivo num lugar seguro e separada dos restantes documentos.

Seguir a cronologia

Siga a cronologia da sua investigação. Isto não significa que tenha de adoptar um formato cronológico no seu texto, mas é importante que os factos ‘correspondam’ ao horizonte temporal dos eventos que está a investigar. Isto ajudá-lo-á a desenvolver uma ideia clara do que sucedeu primeiro e das evoluções, e do que sucedeu em simultâneo. Eis um exemplo de Houston: X diz que estava ausente do país na data em que ocorreu um evento mas, meses depois, você encontra a acta de uma reunião de bairro realizada por essa mesma altura em que figura o nome de X entre as presenças. Esta incoerência podia facilmente escapar-lhe, não tivesse você feito a correspondência entre a afirmação feita durante a entrevista, e a data da reunião contida na acta, em termos do horizonte temporal.

Reportagens assistidas por computador (RAC)

Hoje, graças aos computadores e à internet, a quantidade de informação disponível aos jornalistas, assim como a capacidade de a organizar, recuperar e analisar, é muito maior.

Investigação básica – técnicas e ferramentas

buscas na internet – o Google e não só

Os programas de busca revolucionaram a busca de dados na web. O motor de busca mais bem conhecido é o Google (www.google.com), mas existem outros, como o Yahoo (www.yahoo.com) e “meta-crawlers” que permitem pesquisar os mesmos dados em quatro ou cinco motores de busca em simultâneo.

O segredo para fazer uma boa pesquisa na internet reside em saber escolher as suas palavras-chave com suficiente precisão para excluir os resultados irrelevantes para os seus propósitos.

1 Defina as suas preferências para obter os melhores resultados

A página do Google contém uma ligação chamada *preferências* ‘definições de pesquisa’. Isto permite definir algumas preferências de pesquisa (procurar apenas páginas no idioma inglês, por exemplo), mas a preferência mais útil é aquela que permite modificar o número de resultados em relação a cada busca. Opte pelo máximo de 100 resultados, porque assim poderá visualizar um maior conjunto de dados para decidir se são relevantes.

A introdução de palavras-chave é uma forma simples de reduzir a pesquisa mas, frequentemente, as palavras-chave, em si, são insuficientes. Digamos que procura John Smith. Com a simples digitalização de John e Smith na barra de busca irá apenas obter os documentos em que ambos estes nomes aparecem: ou, centenas de milhares de documentos. Para evitar perder-se, convém introduzir as características que identificam o John Smith que procura.

2 Utilize aspas

“John Smith” apenas resultará nos registos em que as palavras ocorrem nessa sequência. Se a pessoa possuir um outro nome, pode acrescentá-lo, por exemplo:

“John Sylvester Smith”

Pode combinar opções utilizando a palavra OR, escrita em letras maiúsculas, que o Google utiliza para distinguir da palavra ‘or’ (ou).

“John Sylvester Smith” OR “John S Smith” OR “JS Smith”

3 Acrescente factos que conhece ou suspeita

Digamos que o John Smith que procura está alegadamente envolvido no narcotráfico e que a sua base de operações é Zurique. Aí, ao fazer a pesquisa, pode acrescentar:

“John Smith” Zurique
ou, talvez
“John Smith” Zurique drogas
Assim, obtém as páginas que contêm todas essas palavras.

4 Pesquisas orientadas por país

Pode não ter a certeza que Smith opera a partir de Zurique, mas sabe que está baseado na Suíça. Ao utilizar a expressão “site:”, o Google permite-o pesquisar apenas as páginas que contenham o código desse país. O código da Suíça é “.ch”
Assim, introduz na barra de pesquisa:
“John Smith” site:.ch
que irá devolver todas as páginas suíças que contêm o nome John Smith; ou
“John Smith” drogas site:.ch
O código de país da África do Sul é .za, de o do Reino Unido é .uk
Não conhece o código de um país? Faça uma pesquisa de “códigos de país” ou “domain by country” no Google

5 Pesquisas orientadas por organização

Muitos sites de carácter comercial terminam com as letras .com; os sites de muitas ONG, organizações de desenvolvimento e grupos activistas terminam com as letras .org. Assim, se pretende pesquisar as empresas que produzem turbinas eólicas, introduza na barra de pesquisa:
“turbinas eólicas site:.com”.
Se pretende pesquisar críticas a turbinas eólicas, pode utilizar
“turbinas eólicas site:.org”.
Se pretende obter dados de grupos activistas na África do Sul, introduza
“turbinas eólicas site:.org.za”.

6 Recorra à internet para encontrar fontes de informação

O narcotraficante, John Smith, pode nunca ter figurado na internet nesse contexto (na qualidade de acusado de narcotráfico). Neste caso, o melhor que tem a fazer é encontrar um especialista em matéria do narcotráfico na Suíça que tenha ouvido falar de John Smith e que esteja em condições de lhe facultar mais informação. As pesquisas:
“narcotráfico na Suíça”
ou
“narcotráfico” site:.ch
deverão produzir páginas de jornais ou de artigos académicos com nomes desses especialistas.
Depois, faz uma pesquisa pelos nomes dessas pessoas para obter os seus números de telefone ou endereços de e-mail, e assim entrar em contacto com eles.

7 Utilizar traduções automáticas

É bem possível que os artigos com proveniência da Suíça estejam redigidos em alemão ou francês. O Google oferece uma tradução automatizada para ficar com um ideia do texto (faça clique na nota ‘traduzir esta página’ ao lado do resultado), mas atenção, pois este é um processo muito inexacto e poderá ter dificuldade em compreender a tradução automática!

8 Utilizar a memória cache do Google

Algumas páginas na internet sofrem modificações e outras são encerradas. É possível que surja um resultado no Google mas que a página deixou de existir. Faça clique na ligação “cached” ao lado desse resultado. O Google guarda uma cópia das páginas catalogadas à medida que pesquisa a página na internet, tratando-se essa da versão na memória cache: a imagem da página quando o computador da Google a viu. Normalmente, esta cópia continua a existir muito depois de a página original ter sido removida da internet. Isto é muito útil para pesquisar empresas e pessoas ‘desaparecidas’: frequentemente, estas continuam a existir em memórias caches.

9 Encontrar bases de dados não cobertas por motores de busca

Muitas bases de dados úteis não estão cobertas pelo Google, a saber arquivos dos jornais, bases de dados dos patrimónios camarários, e (nalguns países como os Estados Unidos) os arquivos dos tribunais. Ao pesquisar informação acerca de John Smith, poderá ser útil aceder às páginas dos jornais suíços e pesquisar os seus arquivos. Em geral, a pesquisa em arquivos funciona do mesmo modo que o Google. Pode também introduzir o URL do arquivo que procura na caixa de ‘domínio’ na Pesquisa Avançada do Google. Assim, o Google pesquisa esse arquivo específico.

10 Utilizar a lista telefónica da internet

Quase todos os países produzem uma lista telefónica exaustiva, normalmente designada de “páginas brancas” (embora muitos países cuja língua oficial não é o inglês incluam as suas listas telefónicas em inglês sob a designação “white pages”). Assim, por exemplo, se pretende pesquisar o número de John Smith na Suíça, introduza na barra de pesquisa do Google “white pages” site:.ch

para encontrar os sites que contêm listas telefónicas suíças. Regra geral, as directorias exigem que especifique, para além do nome, pelo menos a cidade ou aldeia também.

11 Descarregar artigos compridos para leitura posterior

Se tiver poucas oportunidades de consultar a internet, pode gravar as páginas que parecem ser úteis e consultá-las em mais pormenor posteriormente.

12 Preparar a sua própria base de dados de modo a facilitar a pesquisa

Quando baixar documentos da internet, ou gravar entrevistas ou apontamentos, faça-o de modo a que o permita encontrar novamente a informação com facilidade, ou a sua área de trabalho virtual acabará como as secretárias de muitos jornalistas: montes de papel espalhados, onde é difícil encontrar seja o que for, já para não falar de rapidez de busca.

Existe uma ferramenta grátis na internet, a 'Google Desktop', que procura e produz uma lista dos ficheiros gravados no seu computador. É caso de simplesmente digitalizar as palavras 'John Smith' e a ferramenta produz uma lista de todos os ficheiros que contêm a expressão 'John Smith', incluindo os ficheiros gravados já há muitos anos e cujo nome você já terá esquecido.

Será mais eficiente se adoptar as seguintes quatro estratégias:

- Insira a data dos seus documentos e apontamentos no título, começando pelo ano, p.ex.: 20070327
- Modifique ou acrescente ao título do documento as palavras-chave que facilitarão a busca posterior e dêem uma indicação do conteúdo do documento. Assim, em relação ao nosso exemplo, o estudo sobre o narcotráfico na Suíça que descreve uma pessoa que identificou como sendo John Smith pode ser intitulado '20070527 john smith enquadramento drogas suíça'
- Organize os documentos de investigação em ficheiros. Crie um ficheiro para John Smith, no qual deve conservar toda a informação que recolheu.
- Desenvolva uma cronologia.

No início, estas tarefas são morosas, mas permitem recuperar os documentos com mais facilidade e identificar o conteúdo dos mesmos sem ter de os ler novamente. Poupará tempo no futuro.

O modelo digital para a gestão de bases de dados está disponível em <http://www.luuksengers.nl/training/login/>. Embora este seja um site da Holanda e em holandês, existe um exemplo útil (em inglês) de um sistema de arquivos em "digital file template". Clique em "Manual" para ficar com uma boa ideia de como o utilizar.

Por último:

Lembre-se que, para muitos dos seus leitores, a informação obtida por meios informáticos se trata de uma matéria misteriosa impossível de explorarem pessoalmente. Por este motivo, não perca de vista os seguintes aspectos éticos no que toca às reportagens baseadas na RAC:

- seja transparente acerca dos dados que encontrou e utilizou. Sempre que possível, mencione as referências ou os sites em que os documentos originais podem ser lidos
- confirme os dados com muito cuidado, e verifique as datas da informação
- tire as conclusões correctas dos dados estatísticos e numéricos; nem todos os leitores saberão fazer os cálculos e irão confiar nas suas contas.

Investigação básica – técnicas e ferramentas

mineração de dados

A mineração de dados é, sem dúvida, o processo mais objectivo para escolher um tema de reportagem. Repare só: qual é a denúncia mais susceptível de levar ao caminho certo: uma doente de um hospital a queixar-se de roubo pelas enfermeiras, ou uma base de dados do Ministério da Saúde indicando quantos processos disciplinares e despedimentos resultaram das queixas de roubos pelos trabalhadores do hospital público nos últimos cinco anos?

À semelhança das demais informações, há que ter em mente que até as estatísticas podem ser manipuladas e utilizadas para induzir em erro, em vez de informar (este tema é abordado em mais pormenor abaixo). Mas as boas 'minerações' de bases de dados têm produzido reportagens extremamente importantes nos últimos dez anos.

- O instituto dinamarquês de RAC (Dicar) analisou os pagamentos dos subsídios aos agricultores num determinado período, e constatou incoerências e indicações de favoritismo que fez manchetes. Consulte os resultados em farm.subsidy.org.
- O jornal, *The Washington Post*, recolheu dados publicamente disponíveis sobre donativos recebidos por partidos políticos e preparou uma reportagem com a manchete "Super rich step into political vacuum" (Super-ricos preenchem o vácuo político) <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A38722-2004Oct16.html>.
- A Associação dos Jornalistas Ambientais (*Society of Environmental Journalists*) nos Estados Unidos recolheu e comparou os dados relativos às taxas de poluição na Califórnia e constatou que a poluição numa determinada zona tinha piorado significativamente nos últimos anos. A Associação publicou um relatório pormenorizado sobre o que fizeram, como o fizeram e como utilizaram

uma folha de cálculo, Microsoft Excel, para calcular os resultados. Consulte o tutorial sobre a utilização de folhas de cálculo por Russ Clemings em <http://www.sej.org/resource/tools.htm#online> e <http://www.sej.org/resource/tools.htm#online2>.

É evidente que, para que haja dados a minar, há que existir um ambiente rico em dados. Nos Estados Unidos, muitas instituições publicam periodicamente estatísticas e gráficos sobre o que fazem. Por exemplo, as autoridades de segurança de aviação publicam estatísticas anuais sobre as queixas que recebem, alertas, quase acidentes e incidentes. É caso de coligir e analisar estas estatísticas numa folha de cálculo para apurar, por exemplo, quantos acidentes se registaram em 1998 em relação a 2008, e daí pode elaborar uma reportagem intitulada: “Espaço aéreo dos EUA mais seguro do que nunca”, (ou, em função das constatações, “Espaço aéreo dos EUA mais perigoso de sempre”).

As estatísticas provenientes de censos, quando minadas, produzem resultados incríveis: “As seguintes cidades agora quase exclusivamente habitadas por hispânicos”, por exemplo, ou “Não restam afro-americanos em Mississipi” (OK, esta foi inventada por nós!)

Em África, não temos como não ter inveja dos recursos que os nossos colegas norte-americanos têm ao seu dispor. Mas também nós podemos aplicar a técnica de mineração de dados. Existem mais dados do que os jornalistas imaginam. Os jornalistas, independentemente de onde estejam localizados, podem inscrever-se para receber informações periódicas dos serviços de estatística da África do Sul: www.statssa.gov.za ou consultar www.sairr.org.za

Dados internacionais podem produzir resultados relevantes para África

Por exemplo, os doadores de ajuda ao desenvolvimento publicam relatórios anuais de como gastam os seus fundos. Ao recolher os dados produzidos pelos doadores mais activos no seu país, introduzi-los numa folha de cálculo e analisá-los, poderá alcançar resultados que produzam manchetes em Kinshasa – “Doadores em (país) gastaram a maioria dos fundos na formação dos nossos funcionários públicos”, por exemplo. E não é obrigatório que os assuntos tratem sempre de questões financeiras. A recolha de relatórios acerca das visitas oficiais de dirigentes franceses poderá produzir o nome de um intermediário no negócio de armas que integra todas as comitivas.

Destaque para as redes sociais

As redes sociais são compostas de membros de uma determinada profissão, membros de uma comunidade geográfica ou até pessoas proeminentes de um partido político. É possível coligir os dados relativos aos salários que auferem, com quem trabalham, com quem se encontram em público, e daí retratar a rede social a que pertencem para ilustrar a influência que exercem sobre a sociedade. A partir das análises sociais têm sido produzidas reportagens sobre redes terroristas, apoiantes de partidos políticos, e sobre as pessoas mais influencias ou ricas em determinadas comunidades geográficas. Um manual de descarregamento grátis está disponível em <http://www.ire.org/sna/#links>.

Compile você próprio os dados necessários

Pode, por exemplo, consultar todos os concursos públicos lançados pelo seu governo no último ano, ou nos últimos três ou cinco anos para saber quais foram as empresas adjudicadas. Será que foram as que apresentaram as propostas mais vantajosas do ponto de vista financeiro? Ou as melhores? Ou será que os contratos foram adjudicados aos amigos dos ministros?

Recorra às bases de dados dos jornalistas e de outras organizações

Nos EUA e na Europa, os jornalistas de investigação criaram centros que produzem bases de dados passíveis de serem minadas pelos jornalistas. O Nicar nos EUA, por exemplo, recolheu dados acerca dos detidos por suspeita de terrorismo na Baía de Guantanamo, que pode ser acedida em <http://www.nicar.org/downloads/>

É muito provável que ainda demore bastante tempo até os arquivos dos países africanos serem devidamente administrados, já para não falar de poderem ser acedidos em linha, mas os jornalistas de investigação nos países em que existem doadores activos nos ramos da comunicação digital e da informação podem fazer pressão para que sejam encetados projectos no domínio da produção de bases de dados e arquivos.

Acesso a informação

Em muitos países, sobretudo em África, a informação do governo, ou do sector privado que afecta os cidadãos continua a ser ocultada do público, protegida por leis de sigilo oficial, ou por simples falta de vontade.

Os governos e o sector privado no resto do mundo nem sempre estão dispostos a se abrirem. Demorou sete anos, de 2000 a 2007, até que alguns governos europeus cedessem à pressão no sentido de disponibilizar informação no que respeita aos subsídios a empresas. A fim que o público na Europa pudesse saber quem eram os destinatários dos subsídios do Estado, os jornalistas de seis

países tiveram de trabalhar em conjunto e apoiarem-se uns aos outros em processos legais até conseguirem que a informação fosse disponibilizada.

Mas os resultados valeram bem a pena. Veio-se a saber que os destinatários dos subsídios do Estado eram grandes industriais e membros das famílias reais. Eram eles, em vez de as pequenas empresas em dificuldades, que estavam a receber milhões de libras e de euros do dinheiro dos contribuintes para subsidiar os seus já rentáveis empreendimentos. Leia a reportagem em <http://www.guardian.co.uk/media/2007/jan/22/mondaymediasection.freedomofinformation>.

Efectivamente, até no mundo ocidental, apesar de existirem leis relativas à divulgação de informação em quase todos os países, continua a ser difícil fazer executar essas mesmas leis. Isto revela que os jornalistas terão de se esforçar para obter a informação de que precisam. A lei significa apenas que é possível fazer abrir a porta, mas para isso é preciso caminhar até à porta, e continuar a bater nela até que se abra. Para esse fim, é necessário conhecer as respectivas leis em pormenor. No Capítulo 8, examinamos a eficácia geral das leis relativas à liberdade de informação (LdI) para os jornalistas.

Se não existir uma lei relativa à divulgação de informação no seu país e ainda estiver importunado pela existência de uma Lei relativa ao Sigilo Oficial, é provável que, no seu quotidiano, se depare com enormes dificuldades em obter qualquer informação, quer seja do sector público ou privado. Também será importunado por funcionários públicos que estão dispostos a dar-lhe documentos em troca de dinheiro, pois sabem que de outra forma não terá acesso a eles.

O pagamento das fontes em troca de entrevistas ou documentos não constitui uma boa prática jornalística. As regras e as normas deontológicas proibem esta prática por motivos bem patentados: nunca se saberá se a informação foi divulgada no interesse público, visto a pessoa ter tido um interesse financeiro ao divulgá-la. Se for atribuído um valor financeiro aos documentos e às entrevistas, as pessoas sentir-se-ão motivadas a dizer ou a fotocopiar coisas pelo proveito financeiro – ou até a falsificar provas em contrapartida pelo pagamento. Não é assim que o bom jornalismo devia funcionar. Este aspecto será abordado no Capítulo 8.

Porém, como podemos evitar pagar pelos documentos se não existe outra forma de obter a informação de que precisamos? A única maneira, e a mais difícil, é continuar a lutar por leis e práticas que consagrem o direito de acesso a informação.

A Declaração de Windhoek da SADC e a Declaração dos Direitos Humanos e dos Povos Africanos, entre várias outras declarações da União Africana, defendem a liberdade de imprensa e a necessidade de haver mais transparência nos Estados democráticos. A maioria dos governos africanos aliou-se a estes grandiosos ideais. A luta dos jornalistas e, efectivamente, de todos os cidadãos preocupados em saber o que fazem os dirigentes dos seus países, passa por exercer pressão até que esses dirigentes sejam forçados a facultar essa informação, ao invés de se limitarem a pronunciar palavras ocas.

Defesa do acesso a informação

Em 2005, o governo da Zâmbia rejeitou a proposta de lei relativa à liberdade de informação ao invocar as seguintes duas razões

- o acesso a informação do Estado poria em causa a segurança do Estado
- porque já existe 'liberdade de imprensa na Zâmbia'.

Estes dois argumentos não são difíceis de contrariar. Conforme protestou a MISA Zâmbia na altura: como é que países como os EUA, que possuem legislação de acesso a informação, protegem a sua segurança do Estado? Não será verdade que os seus interesses de segurança são maiores do que os da Zâmbia? Qualquer lei de acesso a informação protege, por exemplo, segredos militares. O argumento que toda a informação deve ser mantida em segredo em razão da obrigatoriedade de manter **alguma** em segredo, é falso. O segundo argumento, que "existe liberdade de imprensa", é falso. Face a um governo e a um sector público sem qualquer obrigação de divulgar informação ao público, onde está a liberdade de imprensa? Que informações é que a imprensa está em liberdade para publicar?

Os jornalistas e os membros do público na Zâmbia, continuam a debater este assunto com o governo, funcionários públicos e representantes do sector privado. Muitas organizações de defesa da liberdade de imprensa, associações dos média e jornalistas participam nesta luta em toda a África. O FAIR acompanha de perto estes esforços e facilita a coordenação do trabalho entre defensores do acesso a informação nos diversos países. Em nome dos seus membros, o centro de apoio do FAIR também pressiona governos e empresas directamente no sentido de permitirem o acesso aos seus dados.

O FAIR também encoraja os seus membros a integrarem comités de activistas de acesso a informação e a pedirem informação publicamente e documentarem as respostas a tais pedidos. A secção sobre o Acesso a Informação no website do FAIR relata os progressos empreendidos na luta em África pelo acesso a informação e contém informação sobre as leis vigentes em relação ao acesso a informação e como os jornalistas podem recorrer às mesmas com (mais) eficácia. Também está previsto elaborar um boletim de notas sobre "O Governo Mais Sigiloso".

Recorrendo às leis de acesso a informação

Recorrer a países com acesso livre a informação

O Artigo 32 (1) da Constituição da África do Sul consagra a todos o direito à informação detida pelos órgãos públicos e privados, necessária para o exercício ou protecção de um direito. A Lei de Promoção de Acesso a Informação (*Promotion of Access to Information Act - PAIA*, na sigla inglesa) dá expressão legislativa a este direito, embora tenha sido concedido um prazo alargado às empresas privadas para entrarem em conformidade com esta lei.

Os arquivos históricos da África do Sul (*South African History Archive - SAHA*, na sigla inglesa) localizados na Universidade do Witwatersrand, têm vindo a desenvolver uma experiência impressionante no que tange ao recurso a esta lei. Muitos jornalistas com dificuldades em aceder a informação do Governo ou do sector público têm recebido ajuda dos arquivos. Um estudo da experiência sul-africana pode ser útil para avançar o direito a acesso a informação noutros países.

O Programa de Liberdade de Informação do SAHA visa aplicar a Lei de Promoção de Acesso a Informação da África do Sul no sentido de ampliar o âmbito da liberdade de informação e desenvolver um arquivo dos materiais facultados ao abrigo da lei para uso público.

Isto tem pertinência para outros países africanos também: as direcções do Estado e o sector empresarial sul-africanos possuem muita informação que afecta toda a região da África austral, bem como os países mais a norte. Por exemplo, a sede do Checkers na África do Sul possui informação sobre as actividades do grupo na Zâmbia; as forças armadas da África do Sul possuem informação acerca das operações militares da África do Sul, no passado e no presente, noutros países africanos.

Depois de obter informação relevante para o seu país de um arquivo sul-africano, poderá dar início ao rasto documental que poderá seguir no seu próprio país. Convém, portanto, não se esquecer da existência do SAHA quando estiver a investigar um assunto com vínculos que ultrapassam os estreitamente locais. (O mesmo se aplica a investigações de carácter geral de empresas ou instituições estrangeiras activas no seu país: se estiverem sedeadas num país com leis de acesso a informação, pode recorrer à rede do FAIR e pedir a um colega desse país que obtenha a informação em seu nome). Organizações vocacionadas para este fim nos EUA, Inglaterra e noutras partes do mundo também prestam ajuda se forem solicitadas a recorrer às leis de Ldl nos seus países.

Como colaborar com o SAHA

O SAHA pretende desenvolver o seu trabalho na região e está disposto a colaborar em projectos conjuntos com pessoas e organizações que pretendam aceder a informação nos arquivos sul-africanos ao abrigo do seu mandato extenso de documentar e pesquisar “lutas pela justiça” (históricas e contemporâneas).

O SAHA prestará auxílio a cidadãos não sul-africanos nesta pesquisa. Certas investigações podem acarretar algumas despesas mas, regra geral, o SAHA não cobra a não ser que a obtenção dos documentos implique alguns custos (por exemplo, despesas de fotocopiar).

Caso se trate de um projecto em grande escala, o SAHA poderá procurar angariar fundos para determinados projectos, em colaboração com outras organizações ou independentemente. Tudo isto dependerá do pedido formulado e das negociações a respeito do mesmo.

O SAHA acredita que deve ser possível obter documentos das Forças Armadas da África do Sul, dos Serviços de Inteligência e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como dos outros ministérios actuando no domínio do comércio e da indústria.

Para pedir ajuda à SAHA em linha, consulte: www.saha.org.za.

- 1 Seleccionar INFORMATION REQUEST no fundo do ecrã, à esquerda, ou na página principal, e preencha o formulário FORM B: PAIA REQUEST.
- 2 Preencha os campos necessários, não se esquecendo de incluir o seu NÚMERO DE B.I. e as suas COORDENADAS.
- 3 Prima o botão SUBMIT no fundo da página.
- 4 O Director de Programas responderá ao seu pedido e, se necessário, discutirá o assunto consigo.
- 5 O SAHA depois elabora e dirige um pedido em seu nome ao respectivo órgão.

Resultados na África do Sul

Após quatro anos de experiência no âmbito do recurso à PAIA, o programa desenvolveu um arquivo extensivo de materiais facultados e tem envidado grandes esforços no sentido de sensibilizar o público no que respeita à importância de acesso a informação numa democracia transparente e responsável. Hoje, promove novas iniciativas destinadas a divulgar as lições desta experiência e conhecimentos a esse respeito, a fim que todos os cidadãos estejam em condições de aceder a informação que tem um impacto directo sobre o seu quotidiano.

Se existirem leis de Ldl no seu país, os seguintes princípios gerais servem de orientação para aceder à informação por essa via:

- Primeiro, verifique se a informação já está disponível. Às vezes, relatórios publicados mas com circulação limitada contêm resumos ou extractos de documentos supostamente secretos. Informe-se do que já foi publicado em contextos semi-oficiais ou especializados sobre a matéria, e procure um informador que o permita consultar o documento.
- Recorra às disposições de Ldl em último recurso. Se puder comprovar que tentou todas as outras vias, isto reforçará o seu pedido pelo documento.
- Planeie para o futuro: Os processos de Ldl são morosos; é improvável que obtenha o documento de que precisa já amanhã!
- Identifique e contacte a pessoa correcta na posse dessa informação.
- Elabore os seus pedidos com precisão, indicando o nome (ou o número) do documento. Um pedido por “tudo quanto tem em relação a ...” não surtirá resultados.
- Documente cuidadosamente os seus pedidos e as respostas obtidas. É possível que venha a precisar destes registos para provar que as autoridades estão a violar as leis de Ldl e que têm algo a esconder.

Noções básicas dos números

Muito do jornalismo de investigação é qualitativo: examina o ‘porquê’ e o ‘como’ das coisas que correm mal e a quem imputar a responsabilidade. Mas quase todas as investigações assentam – ou devem assentar – em números: o volume do défice; estatísticas sobre pesca ilícita; quantos pacientes são recusados atendimento nas clínicas e como sabemos?

Por conseguinte, deve saber distinguir um valor de maior alcance de um valor de menor alcance, fazer sentido dos números, e executar operações como o cálculo de uma percentagem. Ninguém envereda pelo jornalismo por gostar de trabalhar com números, antes pelo contrário. Mas não são difíceis e são essenciais.

Muitas das pessoas que acreditam que não têm qualquer aptidão para os números, na realidade utilizam números de modo bastante sofisticado no seu quotidiano: elaborar orçamentos para as despesas de família; calcular as vantagens de comprar um bilhete mensal de comboio; negociar um aumento de salário, por exemplo. O modo como a numeracia é ensinada nas escolas tem contribuído para o ‘pavor’ da matemática em pessoas perfeitamente capazes de trabalhar com números; aprenderam a desligar as aplicações práticas dos números da ciência aparentemente abstracta que é a matemática. Para os jornalistas, a vantagem é que se concentram principalmente na aplicação, e que lhe conferem um carácter fortemente qualitativo (por exemplo, saber quem recolhe estatísticas, como e porquê). Mas é necessário começar pelas noções básicas de como trabalhar com números.

Exercício 3

Números e estatísticas

Analise as ideias de investigação em baixo. Decida, em relação a cada uma, que tipos de informação numérica ou estatística são necessários para reforçar o artigo.

- 1** Um ministro do governo indignou os enfermeiros ao afirmar no seu discurso que: “Muitos enfermeiros são preguiçosos. Passam o dia a beber chá enquanto os doentes esperam no exterior das clínicas.”

Observações

- 2** Os comerciantes locais queixam-se que um pátio de construção no centro da cidade está a poluir o ar e a prejudicar a saúde dos seus trabalhadores e clientes.

Observações

Exercício 3 (cont.)**Números e estatísticas**

- 3** Um pastor de uma igreja proeminente iniciou uma campanha nacional contra o que ele descreve como “os mais elevados níveis de imoralidade adolescente na nossa história”.

Observações

- 4** A sua estação de televisão nacional emitiu uma declaração afirmando que uma telenovela recente que retrata a vida familiar “levou a que todo o país se engajassem com os assuntos”.

Observações

- 5** A organização nacional dos produtores de milho anuncia que pretende aumentar os preços em virtude das “condições climáticas adversas sem precedentes este ano”.

Observações

- 1** Trata-se de um artigo sobre julgamentos de valor e atitudes, e os valores numéricos não vão mudar as opiniões. Mas, se conseguir obter uma descrição oficial de tarefas de um enfermeiro, com a ajuda de especialistas poderá atribuir factores temporais a cada tarefa e assim criar uma carga horária diária típica. Assim, através de observação e entrevistas pode apurar se:
- Os enfermeiros têm demasiadas tarefas a completar num dia de trabalho?
 - Quais são as tarefas que demoram mais tempo? Os enfermeiros recorrem a atalhos? Como?
 - Como é que esta descrição de tarefas está ligada à média dos doentes atendidos na clínica? (Desloque-se à sua clínica local e faça a contagem das pessoas na fila. Obtenha o consentimento de um paciente para o acompanhar durante o processo na clínica. Observe quanto tempo demora, e multiplique pelo número de pessoas na fila nesse dia).
- Nada disto é complicado, nem se trata de um cálculo difícil, mas os números contribuirão para que possa demonstrar a realidade da situação no seu artigo.
- 2** Deve mandar analisar uma amostra do ar (se não existir uma instalação de alta tecnologia perto de si, peça a ajuda do colégio local). Estabeleça quais são as matérias poluidoras no ar, e depois pergunte a um especialista médico que são nocivas e os níveis de exposição prejudiciais para a saúde. Compare os níveis aos regulamentos relativos à pureza do ar no seu país. Neste artigo, os números podem provar que as queixas dos comerciantes são justificadas.
- 3** O que quer dizer o pastor quando se refere a imoralidade? É impossível analisar os aspectos numéricos relacionados com esta afirmação até obter uma definição. Mas depois de se informar (por exemplo, ele explica: criminosos adolescentes na prisão), você pode analisar as estatísticas relativas aos reclusos com idades inferiores aos 18 anos. Pode vir a constatar que este é um problema de longa data e que a situação não mudou muito ao longo do tempo, ou que ‘picos’ nas estatísticas ocorrem com alguma frequência, ou até que os números estão abaixo dos do passado! Este artigo debruça-se sobre ‘tendências’: alguém cria um alvoroço sobre algo, alegando que a situação está pior do que jamais no passado. A tarefa do jornalista passa por interrogar o pressuposto porque, o que frequentemente sucede, não é que o problema se esteja a agravar mas que está mais divulgado. Você necessitará de estatísticas para examinar o pressuposto. Mas isso não é suficiente, porque o contexto – porque é que o problema está mais divulgado hoje – pode constituir o âmago do artigo.

- 4** Os comunicados de imprensa não foram concebidos para escrutínio estatístico – pelo menos é esse o desejo dos autores! (consultar o estudo de caso de Joe Hanlon no fim deste capítulo). Este é outro artigo sobre tendências, embora neste caso seja inspirado por auto-publicidade. Mas se quiser averiguar a influência da estação pública de televisão, seleccione uma amostra de telespectadores típicos, e pergunte-lhes se acompanharam a telenovela em questão e se essa os levou a debater as questões nela levantadas. Apresente os resultados do seu mini-inquérito ao lado do seu artigo.
- 5** A maioria dos países tem conservado estatísticas sobre condições climáticas durante mais tempo do que qualquer outro tipo de estatística. Em África, figuram entre as primeiras estatísticas mantidas pelas autoridades coloniais e podem ser traçadas aos primordiais do tempo pelas tradições históricas orais sobre cheias e secas. Não pode aceitar o que dizem os produtores de cereais sem mais nem menos, porque, como é evidente, eles têm um interesse em justificar os preços mais elevados. Convém averiguar se as condições climáticas são efectivamente 'sem precedentes'. Se forem, é lógico que, potencialmente, tem matéria para escrever um artigo sobre os efeitos do 'aquecimento global' sobre a agricultura no seu país.

Analise o artigo que se segue. Foi escrito por um repórter independente para um jornal sul-africano na região de KwaZulu-Natal, após ter lido a publicidade sobre um esquema de cartão de crédito destinado a famílias de baixos rendimentos para apurar os aspectos financeiros. (O texto foi editado em função do contexto e do comprimento.)

Enriquecendo à custa dos pobres

ENRIQUECENDO À CUSTA DOS POBRES

Os bancos geram lucros anuais superiores a um bilião de randes ao conceder empréstimos do dinheiro proveniente dos mais pobres na África do Sul.

Por Tom Dennen

O Grupo Consultivo de Apoio aos Pobres (*Consultative Group to Assist the Poor – CGAP*, na sigla inglesa) entrou na cena após o desaparecimento quase completo dos chamados micro-credores – com o intuito de ajudar os pobres com um produto bancário sul-africano chamado *Mzansi*, lançado em Outubro de 2004. *Mzansi* significa 'sul'; o destino de algum do dinheiro sul-africano.

Lembra-se dos micro-credores? Aqueles maus que apareceram por todos os cantos, alguns actuando partir de escritórios mal apetrechados, que cobravam taxas de juro exorbitantes e agora foram quase todos adquiridos ou expulsos do templo pelos bancos comerciais?

Agora, os bancos Absa, First National Bank, Meeg Bank, Nedbank e Standard Bank (assim como o Postbank, que administra o produto) oferecem a conta 'Mzansi', que abrange uma potencial carteira de clientes na África do Sul de umas 13 milhões de pessoas que auferem um salário inferior a R5 000 mensais – os antigos clientes dos agora desaparecidos micro-credores. No passado, este grupo de 'pobres' estava excluído do sector bancário porque os bancos estavam convencidos que não era rentável prestar-lhes serviços (e afirmaram-no publicamente).

Estavam enganados. E levou apenas uma olhadela aos micro-credores para se aperceberem da realidade.

De acordo com o jornal *Business Day*, (30 de Agosto de 2006), o ministro das finanças, Trevor Manuel, confirmou que o número de contas *Mzansi* abertas desde o lançamento do produto aumentou para 3.3 milhões em um pouco menos de dois anos. "Não são cobrados encargos sobre as contas *Mzansi*", afirma o website e as brochuras.

Conta *Mzansi* (do website oficial):

Valor	Juro sobre saldos positivos (% anuais, não compostos – pagamento único.)
R1 - R499	0.25%
R500 - R999	0.75%
R1,000 - R1,999	1.00%
R2,000 - R4,999	1.25%
R5,000 - R15,000	1.75%

Enriquecendo à custa dos pobres (cont.)

EXEMPLO: Custos de transferência de dinheiro junto do Standard Bank:

Valor	Dinheiro a Dinheiro	Conta a Dinheiro
R0-R100	R13	R13
R100.01 - R500	R26	R21
R500.01 - R1,000	R30	R25
R1,000.01 - R2,000	R40	R35
R2,000.01 - R3,000	R60	R50
R3,000.01 - R4,000	R80	R60
R4,000.01 - R5,000	R100	R80

Um encargo de sessenta cêntimos é cobrado sobre os depósitos efectuados após o primeiro depósito grátis. Isto significa que pode emprestar o seu dinheiro à *Mzansi* uma vez por mês (fazer um depósito) gratuitamente. Mas apenas uma vez. Depois disso, paga sessenta cêntimos cada vez que lhes empresta (deposita) o seu dinheiro nesse mês. Mas não são cobrados 'encargos administrativos'.

Na data da preparação deste artigo, em Janeiro de 2007, o cliente médio deste novo produto bancário era mulher, quase 90% era negro, e cada um mantinha, na média, R300 na conta. Isto perfaz uma média de R300 multiplicados por 3.3 milhões de contas – 300 vezes 3.3 milhões equivale a – *voilà*: R990 milhões – quase um bilião de randes – das pessoas mais mal pagas na África do Sul! Arredondando as contas, os juros de 10% ganhos sobre um bilião de randes equivale a R100 milhões gerados por um pouco mais de três milhões de pessoas. Face aos juros generosos de 0.25% pagos anualmente (75 cêntimos por saldo médio de R300), esse dinheiro fica a custar aos bancos apenas um pouco mais de R2 milhões – produzindo um lucro bruto de R98 milhões.

Mas não é bem assim: o primeiro levantamento de cada cliente – a um custo mínimo de R4 por levantamento de um caixa automático (ATM) – extingue não só os juros (não compostos) de 75 cêntimos ganhos pelo ano inteiro, mas acrescenta imediatamente um valor importante aos cofres da *Mzansi*:

Multiplique R3.25 por 3.3 milhões = R10,725,000 para o primeiro mês, quando os juros de 0.25% são extinguidos. Em linguagem vulgar: acrescente outros quase R11 milhões de lucro aos R98 milhões até ao momento.

Após o primeiro levantamento, deixa de haver juros, portanto se cada uma das 3.3 milhões de pessoas fizer um levantamento por mês nos próximos onze meses ($R4 \times 3.3 \times 11$), é possível acrescentar outros R140 milhões de lucro. R990 milhões a 11.5% rende nada menos que R113,850,000, a um custo de apenas 0.25%, ou R2,475,000.

Lucro bruto:

R 113,000,000 sobre a concessão de empréstimos

R 11,000,000 sobre um levantamento

R140,000,000 sobre um levantamento por mês x onze meses.

TOTAL: R 260,000,000

Isto pressupõe que cada um dos 3.3 milhões de titulares de conta faz apenas 12 levantamentos por ano e mantém um depósito médio de R300, nunca pede um extracto de conta nem efectua qualquer outra operação, como uma transferência. Estes valores representam o mínimo básico e estão quase garantidos. E ainda não tomámos em consideração os custos para os clientes das transferências 'dinheiro a dinheiro' e 'conta a dinheiro'.

Mas tomando isso em consideração: se cada um dos 3.3 milhões de clientes utilizar a conta conforme foi preconizada e faz uma transferência mínima de ou para o Standard Bank uma vez por mês – para ajudar a família em casa, talvez - 3.3 milhões de clientes x 12 meses x encargo de transferência de R13 = R514 milhões. Esse valor, adicionado aos R260 milhões já colhidos, perfaz um rendimento bruto anual de um pouco mais de três quartos de bilhões de randes por ano. Dinheiro ao desbarato. Revela ideia e iniciativa. É caso para comprar acções agora!

Estou curioso em saber quanto ganha o CEO da *Mzansi* por ano?

Eu sei que as coisas mudam. No passado, eram os rapazes que usavam tatuagens, as raparigas que usavam brincos e os

Enriquecendo à custa dos pobres (cont.)

bancos que nos pagavam (juros) para tomar o seu dinheiro em empréstimo. Eis a nova realidade: a *Mzansi* aceita dinheiro dos 'pobres' a uma taxa de juro ínfima e concede empréstimos a uma taxa que ronda os 11.5% - aos ricos.

Feitas as contas, hoje em dia até os pobres podem gerar lucros para os bancos e os mutuários; e, de acordo com o CGAP, o retorno destas novas instituições de micro-crédito (IMC) sobre os activos geridos (RoAM, na sigla inglesa) ultrapassa o dos bancos comerciais em mais de 50%. A nível global. Todo o mundo veio a descobrir os pobres e está a lucrar 50% mais deles em RoAMs do que os bancos comerciais estão a lucrar com os ricos!

Numa primeira reacção, gritaria "Malvados!" ou "Que vergonha!", mas a grande vantagem disto para os pobres é que têm acesso ao seu próprio dinheiro. Agora, os pobres podem transferir dinheiro para os familiares sem a preocupação de ser roubado nos correios, pagar as contas com o que essencialmente se trata de um cartão de débito e, em geral, fazer a vida como se o seu dinheiro valesse alguma coisa e estivessem a receber juros efectivos sobre o mesmo, conforme as alegações da 'banca' normal.

Também eu gostaria de enriquecer à custa dos pobres, mas li algures que para os cristãos e os muçulmanos a usura é proibida.

Entrevista com Tom Dennen



A que perguntas procurou responder no seu artigo?

No artigo procurei examinar tanto o chamado sistema de cartões de 'crédito' como o carácter da comunicação financeira na África do Sul.



Qual foi a origem do artigo?

Pensei no artigo quando tive de enviar os meus dados bancários a uma das publicações para a qual contribuo – eu tinha uma conta conjunta. Um dos cartões que me foi oferecido foi da *Mzansi*. Em termos dos benefícios, parecia ser muito melhor que os outros, até me aperceber que não pagavam juros – os encargos são relativamente baixos, mas não rende quase nada.



Que investigação fez?

Li as brochuras da *Mzansi* publicadas pelos Correios, o website da *Mzansi*, o site dos Correios e outros sites dos bancos que ofereciam cartões. Também escrevi aos bancos para confirmar os cálculos e os lucros deles. Recebi esta resposta de um deles:

"...Agradecemos a sua pergunta, à qual respeitadamente temos a responder o seguinte. A Mzansi trata-se de uma conta bancária de entrada de primeira ordem a preços marginais que, calculados os custos associados à prestação do serviço, ainda não contribuem para os lucros [deste banco]. As receitas brutas constituem apenas uma parte do todo. A realidade é que o custo mensal médio para os clientes da conta Mzansi, baseado no comportamento dos mesmos, é inferior a R10 e os clientes pagam apenas pelos serviços que utilizam. Também oferecemos opções de serviços bancários por telemóvel gratuitos, acrescentando à conveniência dos clientes para transacções que não envolvam numerário. A taxa de juros sobre o saldo foi definida em função do mercado e é superior à das contas transaccionáveis tradicionais. Aqueles que poupam verificarão a preservação e apreciação do capital, o que significa que os R100 depositados valerão mais de R100 após um ano. Os bancos oferecem significativamente mais opções de poupanças e de investimentos para os clientes ganharem mais sobre os seus investimentos. A Mzansi não passa de uma conta bancária de entrada. Em qualquer artigo que pretenda publicar, queira citar..."

Não acreditámos nem um segundo nesta explicação e publicámos o artigo na página das opiniões (p.20) do jornal *Natal Weekend Witness*.



Quais foram as dificuldades com que se confrontou, e como procurou resolve-las?

Não tive problemas de maior, tratou-se de uma 'investigação rotineira' como diz a polícia.



Quanto demorou a investigação, e quais foram os aspectos mais morosos e/ou onerosos?

O artigo demorou uns três meses e o mais difícil foi acertar nos cálculos.



Que lições tirou desta investigação e quais são os conselhos que daria a outros jornalistas que encetem investigações semelhantes?

Labuta. O meu sogro ensinou-me uma das melhores lições da minha vida: labutar. Nessa altura estávamos também em construção e ele perguntou-me: "Vês aquela pilha de tijolos ali? Todos eles têm de ser mudados para o outro canto do jardim. Agarra em dois tijolos em cada mão e leva-os para o outro sítio. Nem penses no que estás a fazer, e dentro de pouco tempo todos os tijolos estarão no outro canto do jardim. Isto chama-se labuta!"

O artigo do Dennen surgiu de uma peça de publicidade e de um conceito – serviços bancários mais baratos para os pobres – que a maioria das pessoas apoiariam instintivamente, e com alguns cálculos matemáticos simples mas minuciosos, conseguiu revelar que, embora apresentasse algumas vantagens, não oferecia todas as vantagens de uma conta bancária aos clientes, e que contribuía para que os ricos enriquecessem ainda mais à custa dos pobres.

Revela que todos os jornalistas de investigação devem possuir competências básicas para trabalhar com números. O ideal seria que as competências fossem um pouco mais acima das básicas, mas uma boa alternativa passa por saber como aceder aos conhecimentos mais avançados dos outros, seja através de um recurso electrónico ou ao desenvolver boas relações com um especialista em cálculos matemáticos na sua localidade.

Esta parte do capítulo trata apenas dos conhecimentos básicos de matemática. A lista de recursos no fim deste capítulo contém recomendações de recursos adicionais.

**Investigação
básica – técnicas
e ferramentas:**

reconhecendo e expressando valores numéricos

Isto parece ser relativamente fácil. Todos conhecemos os números inteiros 1, 2, 3, 4 etc., e as quantidades que representam. Deve também compreender os números negativos (que se escrevem com o símbolo '-' antes do número. Pense num termómetro, onde '0' é o ponto de congelamento. 3 negativos (-3) equivale a três graus **abaixo ou menos** do ponto de congelamento. Deve saber reconhecer fracções (1/2, 1/4, 1/3 etc.), percentagens (um valor em cada cem: 50%, 25% e 33%, por exemplo) e números decimais (fracções de números expressas em décimos e centésimos: por exemplo 1 1/4 é equivalente a 1.25).

Ao redigir um artigo que contenha números, também é útil apresentá-los em frequências naturais para facilitar a compreensão dos leitores: por outras palavras, em vez de dizer aos leitores que "25% da população" faz algo, é muito mais expressivo e claro dizer que "uma pessoa em quatro" o faz.

**Investigação básica –
técnicas e ferramentas**

calcular uma percentagem

Deve também saber calcular uma percentagem.

Uma percentagem é um número sobre 100. Se uma fábrica emprega 200 trabalhadores e contrata outros 50, esse é um aumento de 25%. As percentagens permitem comparar a evolução ao longo do tempo (tendências). Trata-se de uma fórmula para calcular uma evolução em termos percentuais:

$$\frac{(\text{Valor recente} - \text{Valor antigo}) \times 100}{\text{Valor antigo}} =$$

Aplicando os valores do nosso exemplo:

$$\frac{(250 [200 efectivos + 50 novos trabalhadores] - 200 [efectivos]) \times 100}{200 [efectivos]} = \mathbf{25\%}$$

Faça novamente o cálculo com os seguintes valores:

A população de Port Elizabeth era 834 000 mas aumentou para 989 000

$$\frac{989\,000 - 834\,000}{834\,000} \times 100 = 18.6\%$$

E se a população tivesse diminuído? A fórmula não muda, mas o resultado será diferente porque os valores usados no cálculo são diferentes. A população era 989 000 e diminuiu para 834 000

$$\frac{834\,000 - 989\,000}{989\,000} \times 100 = -15.7\%$$

Conserve este exemplo, basta lembrar-se da fórmula: subtrair o valor antigo do valor recente e multiplicar por 100.

Investigação básica – técnicas e ferramentas

taxas e médias

Se pretende levar a cabo investigações de assuntos que exijam informação numérica e estatística, convém também possuir conhecimentos de:

- Taxas
- Médias

1 Taxas

As taxas permitem comparar valores equivalentes. As mais bem conhecidas são a taxa de inflação e a taxa por capita.

A ‘taxa de inflação’ representa o aumento do preço das coisas **no decorrer de um determinado prazo**. O Governo, ao anunciar que ‘a taxa de inflação registou uma queda este trimestre’, não quer dizer que os preços diminuíram, nem tampouco que deixaram de aumentar. Está a informar que os preços não aumentaram ao mesmo ritmo nos últimos três meses em relação a um outro trimestre: talvez o trimestre anterior, ou talvez o mesmo trimestre no ano anterior. A taxa por capita considera as diferenças entre a população. Por exemplo, em 2002, as mortes por tuberculose na África do Sul foram 53 por 100 000 pessoas. Em comparação, a taxa foi de 117 por 100 000 na Somália, o país pior classificado no mundo, enquanto que a Suazilândia registou 94 mortes.

2 Médias

Existem várias maneiras de reduzir um conjunto de valores a um valor que possa ser considerado ‘típico’.

A Equipa de Futebol ‘Os Azuis’ tem 11 jogadores, alguns dos quais ganham mais do que outros. O atacante principal ganha R21 000 por semana, o guarda-redes ganha R10 000, quatro jogadores ganham R2 000 e os restantes cinco ganham R1 000.

- **A média.** Para calcular o salário ‘médio’: somamos os 11 salários e dividimos por 11 – que, neste caso, é R4 000. É evidente que o problema com a média é que disfarça a verdadeira distribuição dos salários e não corresponde ao salário de qualquer um dos jogadores. A média tem utilidade em determinados tipos de operações matemáticas, mas é menos útil para os jornalistas que, por intermédio dos seus artigos, pretendam ilustrar o que se passa por detrás desses valores agregados.

- **A mediana** (valor que ocupa a posição central da distribuição). Esta é calculada ao fazer uma lista de todos os valores em ordem, e seleccionar o do meio:

R21 000

R10 000

R 2 000

R 2 000

R 2 000

R 2 000

R1 000

R1 000

R1 000

R1 000

R1 000

R1 000

Numa amostra pequena como esta, a mediana de R2 000 representa com bastante exactidão os salários da maioria das pessoas.

- **O modo.** O modo é o valor que ocorre com maior frequência num conjunto de valores. Neste caso, é R1 000, e tem alguma utilidade enquanto valor representativo. Trata-se de um salário real que revela alguma informação útil: que a maioria das pessoas no grupo efectivamente auferem esse valor. Mas não revela que um dos salários (o do atacante?) é muito superior aos outros. E seria útil conhecer a dimensão da amostra e qual a proporção que o valor que ‘ocorre com maior frequência’ representa. Analise o seguinte exemplo:

Uma fábrica emprega 500 pessoas: 350 auferem salários muito baixos; existem 100 empregados de escritório e administrativos e 50 técnicos especializados e gerentes, até ao chefe que aufero o salário mais elevado. Cada um dos quadros superiores aufero um salário diferente – à semelhança da mão-de-obra, que é paga em função de taxas complicadas por empreitada. Mas todos os empregados de escritório e administrativos auferem o mesmo salário, porque acontece que estão todos na mesma categoria. Num levantamento dos salários, estes últimos representam o modo, porque o valor dos seus salários ocorre com maior frequência, muito embora os salários muito baixos da mão-de-obra predominem no panorama salarial dessa fábrica.

3 Dispersão

A amplitude dos salários dos nossos futebolistas era de entre R1 000 e R21 000. A amplitude dos salários na nossa fábrica imaginária era, digamos, entre R80 000 e R800. O segundo conjunto de valores apresenta uma dispersão maior que o primeiro. Por vezes, para depreender o significado de um valor, é necessário conhecer a amplitude da dispersão do conjunto de valores a que

pertence, ou conhecer a dispersão ‘normal’ desses conjuntos.

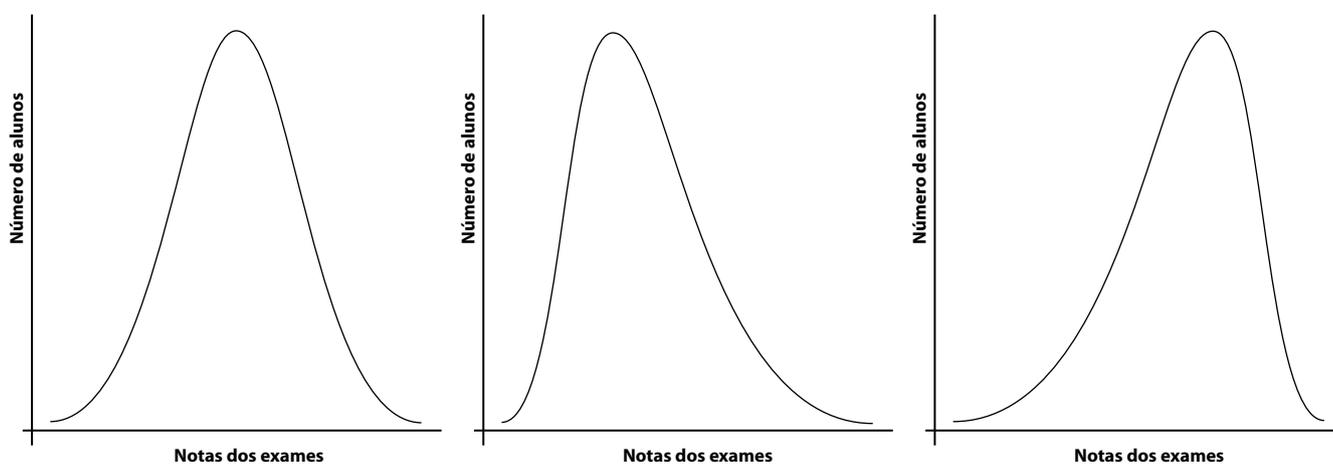
O modo mais simples de expressar dispersão é aquele que acabámos de empregar: descrever a amplitude (de R80 000 a R800’: uma amplitude de R72,000). Os estatísticos, porém, aplicam uma ferramenta de cálculo conhecida por desvio-padrão para descrever a dispersão. Estabelecem a mediana de um conjunto de valores e depois calculam a distância média de todos os valores a partir dessa mediana.

Um determinado formato é regularmente observado no que toca ao **padrão** de dispersão de um conjunto de valores, independentemente da amplitude do mesmo. Trata-se da ‘curva em forma de sino’ cujo nome tem origem no seu formato quando os valores são representados num diagrama (diagrama de distribuição de frequências – em baixo, à esquerda).

Conforme poderá constatar, registam-se menos resultados para o valor mais baixo, a curva sobe até à maior concentração em torno dos valores do meio, depois desce novamente para os valores mais elevados. Este padrão ocorre com tanta frequência que os matemáticos a descrevem como distribuição ‘normal’. Quando não a vêem, fazem perguntas.

Assim, se, por exemplo, o conjunto dos resultados dos exames finais de escola correspondesse ao diagrama em baixo (centro), eles – e nós, jornalistas – iríamos querer saber a razão pela elevada taxa de alunos reprovados – porque a curva em forma de sino revela que, em circunstâncias normais, a ‘barriga’ deve estar muito mais perto do centro (em baixo, à esquerda). Será que o exame foi demasiado difícil? A correcção foi demasiadamente rigorosa? Os professores estavam adequadamente preparados ou apetrechados?

Igualmente, se a curva em forma de sino tivesse o formato do diagrama à direita, a pergunta seria outra: será que o exame foi demasiado fácil; a correcção descuidada?



Ambos estes conjuntos de perguntas assentam em dois pressupostos. O primeiro é que as ciências estatísticas são fiáveis: que é razoável esperarmos uma curva de distribuição em forma de sino normal quando se trata do padrão dos resultados dos exames finais do último ano de escola, ou de qualquer outro conjunto de dados. O segundo pressuposto está mais ligado à educação e, como tal, é alvo de menos crítica: o propósito dos exames é filtrar as pessoas de modo que algumas fiquem aprovadas e outras reprovadas. Se não fosse esse o objectivo, porquê nos preocuparíamos sempre que ‘demasiados’ ficassem aprovados ou reprovados?

Estes dois pressupostos estão estreitamente interligados: o “quê” está interligado ao “como” e ao “porquê”. Isto porque é difícil separar as ciências das estatísticas da recolha, apresentação e análise da estatísticas – todas elas essencialmente actividades humanas. Na próxima secção pretendemos destrinçar os diversos aspectos.

Exercício 4**Verifique os seus conhecimentos numéricos**

Esta pequena prova é empregue por Derek Luyt, um professor na Universidade de Rhodes, para ilustrar porquê os jornalistas devem reflectir sobre as estatísticas, em vez de as citar sem primeiro as interrogar. Durante 20 minutos, leia a informação fornecida em relação a cada pergunta e procure responder.

1 Taxas de homicídio

A taxa de homicídio na África do Sul em 2007 era 40 em cada 100 000 habitantes. Em 2007, Tsoko tinha 10 000 habitantes e 5 pessoas foram assassinadas na cidade. Em 2007, East London tinha uma população de 1 000 000 e 300 pessoas foram assassinadas na cidade.

- Que cidade apresentou a taxa de homicídio mais elevada: Tsoko ou East London?
- A taxa de homicídio em Tsoko foi superior ou inferior à taxa nacional? Em que proporção?
- A taxa de homicídio em East London foi superior ou inferior à taxa nacional? Em que proporção?

2 Afluência às urnas

Dolo tem 42 000 habitantes. 43% tem uma idade inferior à idade de voto de 18 anos, e 16 000 recensearam-se para votar nas mais recentes eleições autárquicas. No dia das eleições, 12 000 pessoas lançaram o voto.

- Quantas pessoas em Dolo tinham idade para votar?
- Qual é a percentagem das pessoas com idade de voto que se recensearam?
- Qual foi a afluência às urnas, em termos percentuais, no dia das eleições?
- Das pessoas com idade de voto, calcule a percentagem daquelas que votaram?

Exercício 4 (cont.) Verifique os seus conhecimentos numéricos**3 Reforma agrária na África do Sul, 1995 – 2004**

A tabela que se segue foi publicada num comunicado à imprensa pelo Ministério responsável pela reforma agrária:

Provincia	Hectares
Eastern Cape	36 200
Free State	37 320
Gauteng	8 115
Kwazulu-Natal	27 957
Mpumalanga	19 786
Northern Cape	43 251
Limpopo	23 591
North West Province	21 430
Western Cape	19 180
Total	262 520

- Qual foi a província que redistribuiu mais terra?
- Qual foi a província que redistribuiu menos terra?
- Quanta mais terra foi redistribuída na província de Northern Cape em relação à província de Gauteng?
- Quanta terra foi redistribuída no país, em média, em cada um dos dez anos entre 1995 e 2004?

4 Salários 'médios'

Cinco jornalistas estão a conversar a respeito dos seus respectivos salários. Jabu e Thembi auferem R1,200 por mês, Bongani auferem R1 600, Joyce auferem R1 200 e Sipho auferem R6 800.

- Qual é o salário médio deles?
- Quantos jornalistas auferem um salário mensal acima da média?

Exercício 4 (cont.) Verifique os seus conhecimentos numéricos

EIS OS COMENTÁRIOS DE DEREK LUYT:

Os objectivos principais da Pergunta 1 são:

- Primeiro, discutir porquê as estatísticas do crime são normalmente indicadas como rácios de 100 000, e não em termos percentuais – em, parte porque é difícil vislumbrar 0,03 por cento de uma pessoa assassinada;
- Segundo, para introduzir a noção de rácios, ampliada nas perguntas seguintes;
- Terceiro, para introduzir o trabalho com números decimais (é possível responder às perguntas com facilidade sem recurso a uma calculadora – não é obrigatório responder à segunda e à terceira pergunta em termos percentuais, basta responder superior/inferior em 10/100 000).

Respostas: Tsoko; superior em 25%; inferior em 25%

Os objectivos principais da Pergunta 2 são:

- Primeiro, entrar em mais pormenor na questão das percentagens e
- Segundo, considerar que ângulo escolher/investigar, visto os números não falarem por si.

Respostas: A afluência às urnas foi 75% (verdade) mas o número de pessoas elegíveis ao voto que efectivamente votaram foi 50,1% (verdade).



Qual é o ângulo mais forte;

A afluência elevada por parte daqueles que se recensearam, ou a taxa de recenseamento muito mais baixa por parte das pessoas com direito ao voto?

Os objectivos principais da Pergunta 3 são:

Verificar a sua capacidade de calcular uma simples média mas, mais importante ainda, frisar a necessidade de confirmar as fontes. A quantidade média de terra redistribuída em cada ano não foi 26 259 hectares, conforme a soma talvez calculada por alguns, uma vez que os hectares na segunda coluna **não somam a 262 520**, mas 236 830 (por conseguinte, a redistribuição média foi 23 683 hectares/anos). Lição: verifique os factos e as fontes. Este exercício parte de uma experiência real que tive no Ministério responsável pela reforma agrária.

Os objectivos principais da Pergunta 4 são:

Reflectir sobre as diferentes medidas de tendência e distribuição central ('média'): média, mediana, modo. A maioria das pessoas pensa que a média é o habitual. Mas o problema é que raramente existem pessoas "médias", nem a média nos dá qualquer indicação das condições sociais. Neste exemplo relativo aos rendimentos, a média não revela nada acerca da distribuição de rendimentos. A maioria das pessoas nesta amostra auferem menos que o salário 'médio' de R2 400.

Como ficou classificado? Identificou as armadilhas nas perguntas?

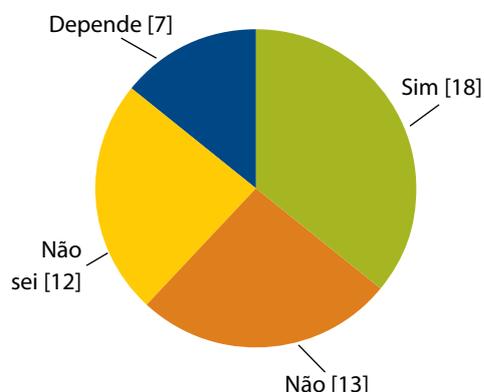
Outras noções relacionadas com números são mais complexas. A primeira é que algumas das coisas que contamos – seja pessoas ou outra coisa qualquer, desde batatas a aviões de guerra, desde que constituam unidades individuais e possíveis de serem contadas – chamam-se variáveis discretas. Ou seja, passa de um valor – 'uma batata' – directamente para o valor seguinte – 'duas batatas'. É por este motivo que os jornalistas gozam da estatística que afirma que a família média no mundo ocidental tem '2.4 filhos'. O que é '0.4' de uma criança? Em vez de explicar estas partes de unidades difíceis de imaginar aos leitores, é muito mais útil arredondar para cima ou para baixo, ou seja, expressar o valor como o algarismo mais próximo. Se a fracção decimal for inferior a 0.5, arredondar para baixo (assim, a família média tem 2 filhos); se for superior a 0.5, arredondar para cima (se o valor for 2.6 filhos, então pode expressá-lo como 3).

Porém, se estivermos a lidar com coisas que possam ser pesadas ou medidas com precisão, em vez de contadas – por exemplo, o peso de um pão, a distância entre duas cidades ou o volume de água numa albufeira – uma mensuração, por mais exacta que seja, não passa de uma aproximativa. No seu estado natural, a água não existe em unidades exactas de litros; ao dizermos que uma represa tem uma capacidade de 2 000 litros de água, já estamos a arredondar para cima ou para baixo (aproximativa). Tenha mais cuidado ao fazer o arredondamento dos valores relacionados com estes tipos de coisas, que nós designamos de variáveis contínuas. Certifique-se de que o tratamento que dá a estes valores reflecte o grau de precisão necessário para o seu artigo fazer sentido.

Às vezes, expressando os números em palavras ou realidades, permite aos leitores visualizar – ("uma pessoa em quatro") ajuda os leitores. Também é útil atribuir números a palavras. Ao referir a um inquérito tipo *vox populi*, uma frase no meio do artigo como "de

entre as 48 pessoas inquiridas nas ruas de Lusaka, 12 responderam que não tinham opinião sobre se a SADC devia disciplinar estados membros não democráticos, 18 responderam que o Secretariado da SADC devia tomar acção, 13 achavam que não devia, e sete responderam que dependia das circunstâncias” dificulta bastante a compreensão do leitor.

Um gráfico ou um simples *ranking* é uma forma mais clara de expressar tudo isto, por exemplo:



Perguntámos a 48 membros do público: “O Secretariado da SADC devia disciplinar estados membros não democráticos?” Eis as respostas:

- 18: sim
- 13: não
- 12: não sabia/ não tem opinião/ prefere não responder
- 7: depende das circunstâncias.”

Investigação básica – técnicas e ferramentas

criar perguntas a partir dos números

É importante que faça perguntas específicas a respeito de números – isto implica fazer a investigação e os cálculos de antemão. Existem algumas regras no que respeita às perguntas relacionadas com números:

- ✓ **Sempre que possível, ao fazer a pergunta, cite os valores exactos e a fonte da informação.**
 “Sr Ministro, disse que as provisões de cereais são adequadas. Mas a Associação de Agricultores afirma que temos apenas 7 milhões de toneladas de milho, dois milhões de toneladas abaixo das necessidades do país. O que tem a comentar a este respeito?”
- ✓ **Recorra à técnica de ‘pinning-down’ (obrigar a pessoa a avançar uma resposta clara ou precisa): perguntas fechadas que exigem respostas exactas.**
 “Superior a quê?”
 “Quantos bebés faleceram no hospital?”
 “Esse é um valor exacto?”
- ✓ **Faça as perguntas em fases, não em grupos, para o entrevistado não responder apenas a uma parte.**
 “Quanto do dinheiro desaparecido conseguiu apurar na sua auditoria?”
 “Obrigada. Qual foi o destino desse dinheiro?”
 “Estes pagamentos estavam autorizados?”
 “E o dinheiro não foi encontrado: como tenciona encontrá-lo?”
 “Para quando está previsto o relatório desta segunda investigação?”

Exercício 5**Expressando os números na forma escrita**

What comments would you make on the following account of a survey? How could the story be improved?

Line 1	JOANESBURGO – Yeoville continua a ser uma das zonas com o maior índice de criminalidade em Joanesburgo, de acordo com um inquérito realizado pelo consultor, Martin Wessels, da <i>Johannesburg Development Agency</i> .
5	Regista-se uma queda na incidência de crime, em relação às taxas mais elevadas de sempre em 2003, mas mantém-se elevada, segundo as conclusões do inquérito
	A confiança do público não sofreu alterações, de há dois anos a esta parte, embora os inquiridos se revelassem mais optimistas.
10	Mais preocupados com o surto de estupros e assaltos, tendo 86% afirmando que não se sentiam seguros nas ruas de Yeoville, em comparação a 55% em 2005.
	Mais de 80% disse que o policiamento não acabaria com o crime e 70% acha que o crime piorou. A confiança dos comerciantes mudou pouco.
15	Em comparação com o resto da cidade, 17% dos inquiridos disse que as taxas de criminalidade permaneciam inalteradas, 32% via melhorias e 51% constatou um aumento. Mais de 70% disse que Yeoville tinha uma imagem suja e insegura.
20	Apenas 6.7% achou que não havia entretenimento suficiente. Um total de 56% expressaram a necessidade de haver maiores retalhistas, 78% disse que a iluminação pública era inadequada e 70% disse que o lixo era um problema.
22	

A primeira coisa a dizer acerca deste artigo é que, embora curto, é muito difícil de ler. É possível que tantas estatísticas neste espaço reduzido criem confusão junto dos leitores. Mas também surgem problemas de ordem técnica. Não sabemos quantas pessoas foram entrevistadas, nem se são moradores do bairro ou não. Por conseguinte, as respostas não estão contextualizadas nem sabemos que perguntas foram feitas. Será que perguntaram às pessoas se achavam que o crime tinha diminuído (Linha 4) ou será que esta informação foi obtida de uma outra fonte? Parece contradizer as constatações nas linhas 10 e 13. O que significa “A confiança do público não sofreu alterações ...” (Linha 7)? A quê é que estas respostas estão relacionadas? Será que foi questionada a mesma população que no inquérito anterior e terão sido feitas as mesmas perguntas? Se não, não as podemos comparar.

A conclusão relacionada com a ‘confiança dos comerciantes’ (Linha 14) está ligada às respostas acerca da taxa de criminalidade, ou será que foi feita outra pergunta a este respeito? Na Linha 20, será que “Apenas 6.7% achou que não havia entretenimento suficiente” significa que os outros 92,3% achavam que era suficiente – ou demasiado? E qual é o significado destas respostas? Não foi feita qualquer tentativa no sentido de as contextualizar nem analisar, e as tendências (as diferenças em relação aos inquéritos anteriores) não são anotadas de modo consistente

Constatámos que os leitores têm grande dificuldade em compreender algarismos (sobretudo aqueles com várias casas decimais). E, frequentemente, os números “alentam” tanto a leitura do cabeçalho ou manchetes, que acaba por perder o seu impacto. Mas a transmissão incorrecta dos números equivale a uma mentira perante os leitores. Consulte as tabelas que se seguem, que contêm formas mais ou menos exactas para expressar os algarismos em palavras. Tenha muito cuidado com a distinção entre ‘a maioria’ (o que significa que há mais nesta categoria do que fora dela) e ‘muitos’ (que significa apenas um número significativo, mas que não constitui uma maioria). “Mais” está completamente desprovido de significado, a menos que especifique ‘mais do que o quê’.

E empregue ‘pelo menos’ e ‘no máximo’ com muita cautela. A primeira expressão significa ‘nada menos de’. Assim, se afirmar que ‘pelo menos quatro pessoas faleceram no acidente de viatura’ é o mesmo que dizer que **tem a certeza** que faleceram quatro pessoas, mas implica que pode ter sido mais. Se disser ‘no máximo’, está a garantir aos leitores que este é o valor mais elevado possível. Não utilize expressões se existirem incertezas acerca das respostas.

Expressando números

Porcentagem	Sinteticamente ou expresso de outro modo	Em uma ou duas palavras
100%	Todos	Todos
99%	Praticamente todos	A maioria
95%	Quase todos	A maioria
90%	Quase todos/Nove em dez	A maioria
80%	A maior parte ou o maior número/Oito em dez	A maioria
70%	A maior parte ou o maior número/Sete em dez	A maioria
60%	Mais de metade/Seis em dez	A maioria
55%	Um pouco mais de metade	A maioria
50%	Metade/Cinco em dez	Metade
45%	Quase metade	Muitos
40%	Uma grande parte ou número/Quatro em dez	Muitos/Uma minoria significativa
35%	Uma parte ou número elevado/Um pouco mais de um terço	Uma minoria significativa
30%	Por volta de um terço/Cerca de um em três (lembra-se: 'um terço' equivale a 33.3333 com decimal periódica)	Uma minoria (o significado depende do contexto)
25%	Um quarto/Um em quatro	Uma minoria
20%	Um quinto/Um em cinco	Uma pequena minoria
15%	Um pequeno número ou parte	Poucos/uns poucos
10%	Um décimo/Um em dez	Não muitos/Poucos/Muito poucos
5%	Um vigésimo/Uma parte ou número muito reduzido	Poucos/Muito poucos
1%	Um centésimo/Um em cem	Muito poucos/Uma pequena minoria
0%	Nenhum	Nenhuns
0.seja o que for%	Uma parte ou número diminuto/Menos de um em cem	Quase nenhum/nenhum

Expressões e metáforas ligadas a números (certifique-se de que acerta também nestas!):

Metáfora ou expressão	Significado em números reais
Legião (provém dos números nas divisões das antigas tropas romanas)	4 000 – 5 000
Miríade (provém dos números nas divisões das antigas tropas persas)	10 000 ou uma grande quantidade. 'Miríades' refere a pelo menos 20 000
Multidão / multidões	Grandes números – pode ter uma conotação negativa e até racista
Uns poucos	Normalmente, menos de 5
Vários	6 – 9
Uma dúzia/dúzias	12/múltiplos aproximativos de 12, menos de 50
'Dúzia de padeiro' (expressão derivada do inglês: <i>baker's dozen</i>)	13 precisamente
Uma vintena / vintena	20/múltiplos aproximativos de 20, abaixo de 100
Centenas	Mais de 100, menos de 1 000
Uma punhada	Vago: normalmente, menos de 20
Balde cheio (expressão derivada do inglês: <i>bucketful</i>)	Vago: normalmente mais de 20 e menos de 100. Não se aplica a pessoas, apenas a coisas.

Estatísticas

Malvados jornalistas e estatísticas

MALVADOS JORNALISTAS E ESTATÍSTICAS

por Peter Wilby

The Guardian, Segunda-feira, 5 Novembro 2007

(Este extracto revela a importância de os jornalistas não se enganarem nas contas. O artigo pode ser consultado no site do jornal, *The Guardian*: <http://www.guardian.co.uk/media/2007/nov/05/mondaymediasection.pressandpublishing>)

Na última semana, viemos a saber que os ministros subestimaram em 300,000 o número de trabalhadores migrantes que entraram na Grã-Bretanha na última década (ou 700,000, dependendo do jornal que lê) e que, para reduzir o risco de sofrer de cancro, deve deixar de comer toucinho e fiambre.

Ambas estas constatações assentam em estatísticas, à semelhança de tantos outros artigos nos jornais. Em cinco edições recentes do *Daily Mail*, contei 19 artigos que se alicerçavam quase na íntegra em dados estatísticos. Revelaram que, por exemplo, as mulheres tratadas por sintomas precoces de cancro cervical apresentavam o “dobro” do risco de vir a sofrer de cancro 25 anos depois; que a população do Reino Unido irá aumentar para 81 milhões até 2074; que as pessoas que procuram deixar de pensar em chocolate consomem mais; que mais de 1.2 milhões de pessoas recebem subsídios de doença há mais de cinco anos; que a vida sexual de “até” 15 milhões de ingleses é afectada pelo stress; e que oito em 10 donos de cães são “descontraídos, em comparação a três em cada 10 que não têm animais de estimação.

Não tenho motivos por pensar que estas “constatações” fizeram objecto de uma reportagem incorrecta. Mas quando leio artigos deste tipo, interrogo-me: O que significa “o dobro”? De quanto a quanto? De um a dois? O que significa “um maior risco”? Qual é o alcance desse aumento? Como se compara com outros riscos? O que quer dizer “até”? No exemplo acima referido pode, literalmente, significar algo entre zero e 15 milhões.

Os jornalistas nunca souberam fazer as contas. A grande maioria licenciou-se em letras ou ciências sociais. [...] São alheios a noções básicas de estatística, como intervalos de confiança, desvio padrão, probabilidade, e outras. A maioria dos cursos de jornalismo não oferece módulos sobre como lidar com números. A literacia é considerada essencial para os jornalistas – ou, pelo menos para os subredactores – mas não a numeracia.

Isto leva a que muitos jornais deixem passar boas reportagens. Analise bem as reportagens baseadas em estatísticas em qualquer jornal, e constatará que muito poucas são resultado de pesquisa jornalística original. Os jornalistas questionam as estatísticas oficiais só depois de as comissões especializadas, grupos de pressão ou os deputados terem feito o trabalho. Há uns anos atrás, os jornais *Mail* e *Telegraph* relatou que um em cinco homens e uma em oito mulheres que atingem a idade de 65 anos falecerão antes dos 67 anos, assim não beneficiando de uma pensão do Estado se a idade da reforma fosse aumentada para os 67 anos. Os dois jornais basearam-se numa tabela, mas tinham confundido os números. A estatística correcta era um em 29 homens e uma em 48 mulheres.

Este tratou-se de um erro simples. Os artigos relacionados com os riscos médicos levantam questões mais complexas. Não constitui um engano, para referir a um exemplo proeminente de 2005, relatar que o *ibuprofen*, um analgésico, aumenta a possibilidade de sofrer um ataque cardíaco em quase “um quarto”. Um relatório com este teor foi publicado no *British Medical Journal*. Mas, a este respeito, eu pergunto: um quarto do quê? A não ser que tenhamos alguns conhecimentos acerca da incidência geral dos ataques cardíacos, esta afirmação está desprovida de significado. Efectivamente, o aumento do risco representa apenas mais um ataque cardíaco entre cada 1,005 pessoas que tomam *ibuprofen*. [...]

Outras estatísticas devem ser tratadas com um cepticismo ainda maior. A reportagem no *Mail* acerca dos benefícios de possuir um cão parece ser até menos convincente quando somos informados que a investigação foi patrocinada por uma empresa produtora de rações para cães. [...] Os jornais publicam estas absurdidades espúrias com maior frequência do que deviam.

Pode ser avançado que isto se trata de diversão inofensiva. Um artigo acerca do chocolate não passa de um tema de conversa. Ninguém vai mudar o seu comportamento em consequência disso. Mas essa já não será a situação quando os jornais publicam um artigo que alude aos riscos elevados de tomar analgésicos. Ademais, ao referir a todas as estatísticas como se merecessem uma credencia equivalente leva a que as estatísticas – um instrumento essencial para compreender o nosso mundo sejam vistas com desconfiança.

As estatísticas não surgem algures no universo como grandes verdades inequívocas. Alguém, algures, decidiu que uma pergunta, redigida de um determinado modo, devia ser feita, através de um determinado meio e de um modo específico. Para compreender o significado de uma estatística, deve conhecer todo o seu contexto.

- Quem contratou e pagou pelo estudo? (Podem estar interessados em obter determinados resultados.)
- Quem realizou o estudo? (Podem ter um determinado interesse ou não possuir as habilitações necessárias para efectuar a tarefa.)
- Que pergunta foi feita? (A forma como foi redigida ou as opções podem limitar ou produzir repostas preconceituosas. Também é possível que se os respondentes tivessem sido permitidos a dar respostas longas e livres, a interpretação dos investigadores terá sido selectiva.)
- Que método foi aplicado para fazer a pergunta? (As pessoas respondem de modo diferente, consoante se trate de um inquérito cara-a-cara, por telefone, ou por correio electrónico. O método também pode contribuir para que a amostra seja menos representativa porque, por exemplo, algumas camadas sociais não possuem telefones nem correio electrónico, ou porque foi escolhida uma zona habitada por um determinado tipo de pessoa.)
- Como foi a população da amostra (as pessoas questionadas) definida e seleccionada? (A selecção era representativa do grupo e suficientemente ampla para ter significância estatística? As amostras maiores, nem que não sejam verdadeiramente representativas, podem produzir previsões mais exactas em relação à população em geral, do que as mais restritas.)
- Quão recente ou antigo é o inquérito? (É possível que alguns factores contextuais tenham sofrido mudanças desde então. E quanto tempo demorou a recolher os dados?)

Ciências duvidosas

Ben Goldacre, autor da coluna *Bad Science* no jornal inglês *Guardian*, na sua coluna de Janeiro de 2008, fez referência ao cabeçalho e ao artigo publicado num outro jornal inglês: “Médicos recusam abortos nos seus consultórios ... médicos de família ameaçam revolta contra os planos do governo no sentido de permitir que realizem abortos nos seus consultórios ... quatro em cinco médicos gerais não querem realizar terminações...” Ele fez perguntas a este respeito semelhantes às acima referidas. Eis as suas conclusões.

- Foi realizado um inquérito informal num site de “chat” dedicado aos médicos, cujo acesso se fazia através da ligação ‘aborto’ no site. Não sabemos concretamente quantos médicos consultam este site com regularidade (ou quem são); trata-se apenas de um dos muitos que existem. Podemos apenas supor que alguns dos médicos que utilizam o site optaram por participar no inquérito porque já possuíam um interesse no assunto – talvez contra o aborto. E não sabemos quantos médicos optaram por não participar depois de lerem o inquérito e decidirem que, por qualquer motivo que fosse, que preferiam não responder.
- A pergunta feita foi se “os médicos de clínica geral devem efectuar abortos nos seus consultórios. Visar: Concordo plenamente; Concordo; Indeciso; Discordo; Discordo plenamente.” Não existe qualquer explicação de “efectuar abortos nos seus consultórios” – em particular, nenhuma indicação se isto significa nas condições actuais, ou em condições melhoradas, com ou sem a devida formação do pessoal. Assim, é possível que cada um dos médicos que respondeu agiu com base num determinado pressuposto em relação às circunstâncias em torno de “efectuar abortos nos seus consultórios”, e respondeu em conformidade.

Face a isto, a estatística de ‘quatro em cinco’ médicos de clínica geral está desprovida de qualquer significado, porque a amostra não é representativa de todos os médicos de clínica geral. E “ameaçam uma revolta” é uma mentira inventada pelo jornal – porque o inquérito nem sequer pergunta aos médicos como pretendem reagir.

Investigação básica – técnicas e ferramentas

o que procura?



Os resultados do estudo indicam um número absoluto, uma proporção ou uma taxa?

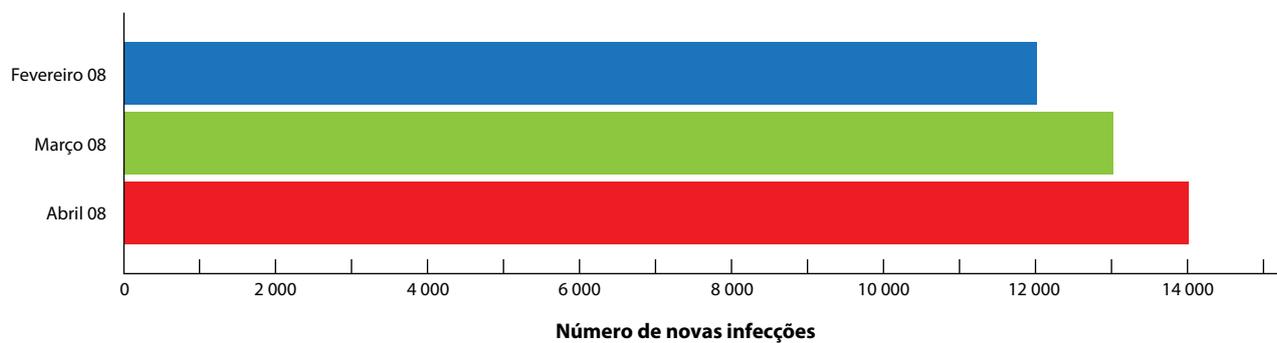
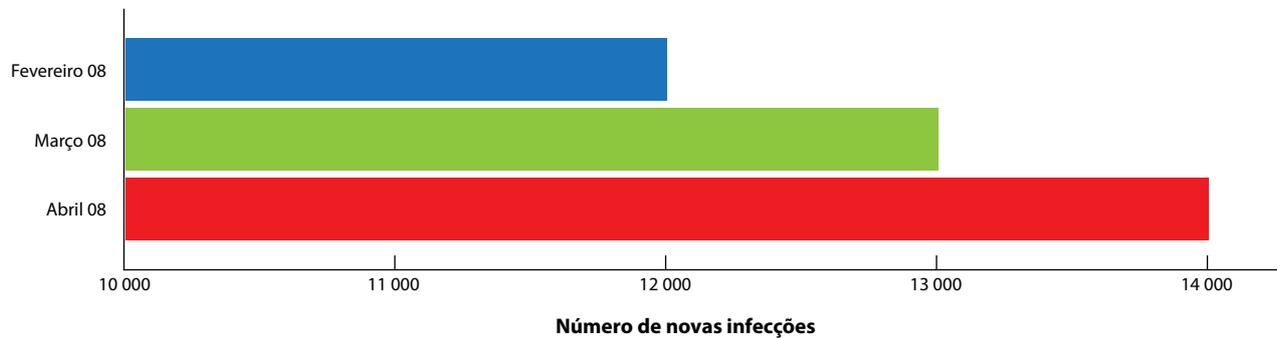
Os números em si dizem muito pouco. É necessário conhecer a dimensão de toda a população da qual são provenientes antes de poder afirmar que são significativos e quão significativos são. O valor acima referido de “quatro em cinco médicos” é impressionante. Mas, supondo que apenas 20 médicos preencheram o questionário, de entre os milhares exercendo a profissão no Reino Unido, 16 médicos deixa de ser tão impressionante e não revela nada acerca do que pensam ou como se comportam os milhares de médicos.

Igualmente, as proporções (fracções ou percentagens) devem indicar a dimensão da população, e como foi definida/ seleccionada. No caso de uma taxa, é necessário compreender o contexto e o significado da terminologia empregue, incluindo o que significa o sentido da mudança (subida ou descida). Conforme já explicámos, a ‘taxa de inflação’ é indicativa da rapidez com a qual os preços têm aumentado ao longo do tempo. Deve estar ciente de que, conforme indica esta definição, se a taxa de inflação for positiva, os preços estão a aumentar, nem que a expressão esteja associada a palavras como ‘em queda’.

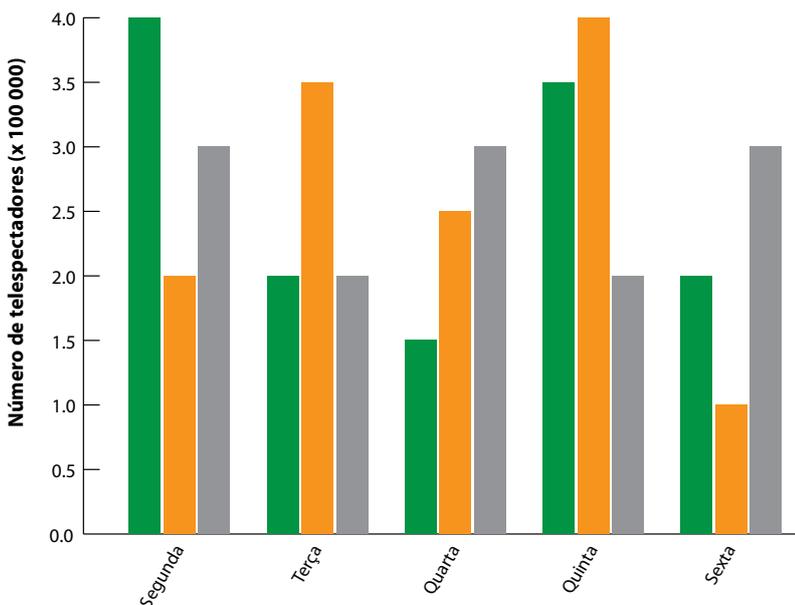
Investigação básica – técnicas e ferramentas **gravuras e gráficos**



Leia sempre o texto! Nos gráficos, deve examinar a escala, e o ponto de partida. É muito fácil fazer com que uma pequeníssima evolução pareça dramática ao aumentar a escala e começar pelo grupo de cifras indicativas da evolução (ver abaixo).

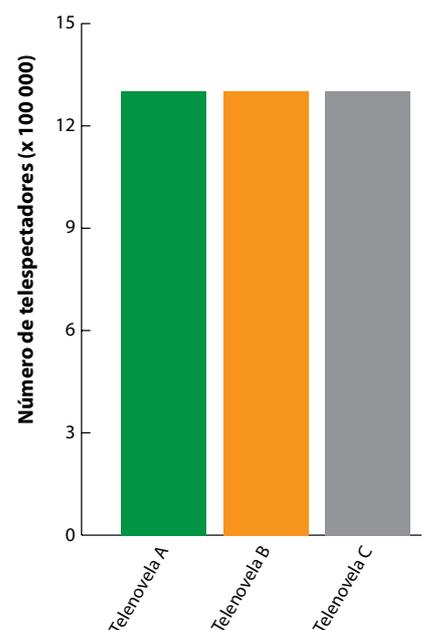


O panorama também é muito diferente se compararmos um gráfico ilustrando a frequência real (a frequência com que algo ocorreu em períodos temporais diferentes) e outro ilustrando a frequência cumulativa (agregando todas as evoluções ao longo do tempo). Consultar os gráficos em baixo.



Audiências diárias de três telenovelas

■ Telenovela A ■ Telenovela B ■ Telenovela C



Audiências semanais de três telenovelas



Sempre que algo é representado em formato de símbolo ou pictograma (uma gráfico com pequenos desenhos), é fácil enganar-se na interpretação da evolução se o artista não respeitar a aritmética. Consulte o exemplo que se segue:



Numa tentativa de indicar a duplicação (aumento para o dobro) do volume de algo, no cubo central (acima) o artista simplesmente aumentou o tamanho do cubo duas vezes. O efeito disto é que o cubo aumentou para o dobro em todas as suas dimensões (comprimento, largura e altura), o que significa que o volume não foi aumentado para o dobro; na realidade, é oito vezes maior ($2 \times 2 \times 2$) – o que parece muito mais impressionante. O cubo à direita é uma reflexão correcta da duplicação do volume do cubo original.

Investigação básica – técnicas e ferramentas

siga a lógica

O facto que dois conjuntos de números seguem o mesmo padrão não prova a existência de uma associação entre eles nem representa a causa ou o efeito do outro. As crianças crescem com a idade. Os seus conhecimentos linguísticos também aumentam com a idade, a mais ou menos o mesmo ritmo. Mas isso não significa que é a idade que melhora os conhecimentos linguísticos! Também neste caso, convém ler o texto para perceber a associação que está a ser sugerida. Existem precedentes (estudos válidos realizados no passado em relação a um tema semelhante ou comparável) que fundamentam a associação que está a ser sugerida?

Igualmente, lá por uma coisa ter seguido a outra coisa, isso não prova automaticamente que o primeiro evento provocou o segundo. É necessário estudar o contexto, eliminar as demais possíveis causas, e especificar precisamente como o primeiro evento provocou o segundo.

Investigação básica – técnicas e ferramentas

as amostras e o que significam

Uma amostra de estudo deve ser representativa da população geral objecto do estudo. Supomos que está a estudar a opinião dos pais em relação à moda demasiado reveladora dos adolescentes. Em primeiro lugar, a amostra deve incluir alguns pais. Mas é provável que os pais de crianças mais jovens tenham uma opinião diferente dos pais de crianças mais jovens, e controlem muito mais o que os filhos vestem. Se o estudo incluisse pais de crianças de todas as idades, os resultados seriam muito diferentes dos resultados de um estudo que incluisse apenas pais de adolescentes.

Os inquéritos executados telefonicamente por linha fixa excluem os agregados domiciliários que não as possuem. Os inquéritos realizados em centros comerciais em zonas nobres excluem as pessoas sem posses para fazer as compras ali.

As taxas de prevalência de VIH na África do Sul, emitidas pelo governo, são baseadas nos resultados dos testes das mulheres atendidas em clínicas antenatais. Os estatísticos depois fazem suposições em como estes valores se associam a outros grupos populacionais e fazem projecções (cálculos baseados nos pressupostos matemáticos) para avaliar a prevalência em pessoas em categorias que não mães grávidas. O resultado geral é mais ou menos exacto, mas outros estudos indicam que levou a uma subestimação das taxas de prevalência entre as pessoas mais idosas, e entre pessoas dos grupos socioeconómicos mais elevados que, regra geral, não frequentam as clínicas antenatais. E as mulheres jovens que querem engravidar, por definição, não usam preservativos, pelo que este grupo pode apresentar características singulares.

Todos estes exemplos ilustram que, se estiver a escrever um artigo sobre os resultados de um estudo, é essencial saber como a amostra original foi definida, como os resultados foram recolhidos, e os fundamentos pelos pressupostos e projecções.

Os números não são neutros

A Reuters publicou recentemente um artigo pela jornalista Ruth Gidley explicando como as estatísticas humanitárias são obtidas. Estes extractos revelam o carácter humano – e controverso – do negócio de recolha de estatísticas. O artigo completo pode ser consultado no site da Reuters.

LONDRES – Para contar os mortos, eles usam motocicletas, alugam aviões e atravessam rios infestados de cobras. Esta preciosa estatística pode contribuir para convencer o mundo saturado que existe uma crise no mato africano ou nas zonas mais recônditas do Iraque – onde a morte é provocada pela fome ou por doenças associadas à guerra e pela própria guerra ... Mas a obtenção de números precisos e creíveis é uma tarefa difícil e, frequentemente, intensamente política. Para provar esta afirmação a Cruz Vermelha e outras agências têm de se deslocar para onde estão os mortos [...]

Os estudos realizados no Congo não levantaram grandes controversas, mas os investigadores que procuram estabelecer o número de mortes no Iraque sabem que as suas conclusões irão ser alvo de um escrutínio intenso.

“As pessoas opostas à guerra normalmente citam a taxa de mortalidade mais elevada que podem encontrar, e as pessoas a favor da guerra citam os números mais baixos”, disse John Sloboda, co-fundador da organização *Iraq Body Count*, vocacionada para a recolha de dados da imprensa e das casas mortuárias. Um site web inglês, criado em 2003 antes da invasão do Iraque liderada pelos Estados Unidos, procura comemorar os que faleceram ao publicar o nome da pessoa sempre que possível. “Trata-se de um acto de humanidade para registar e comemorar os falecidos”, disse Sloboda. “Temos feito o mesmo para os soldados há séculos.” [...]

Este ano, o Ministério da Saúde do Iraque e a Organização Mundial da Saúde revelaram que calculavam que tivesse havido 151 000 mortes violentas entre 2003 e 2006. Uma equipa da Universidade Johns Hopkins dos Estados Unidos estimou que as mortes no Iraque ultrapassaram a norma em 654 000 no mesmo período. Um estudo muito mais simplificado, levado a cabo por uma empresa de inquéritos inglesa, a *Opinion Research Business* (ORB) calculou que o número de iraquianos falecidos em consequência da guerra ascende a uns 1.03 milhões de pessoas, com base na constatação que 18 por cento dos 2 414 adultos que entrevistaram citaram pelo menos uma morte no agregado familiar devido à guerra. A ORB calculou este número a partir do censo mais recente no Iraque, em 1997, onde foi apurado que existiam 4.05 milhões de agregados domiciliários no país.

A Cruz Vermelha realça o facto de que, frequentemente, a fome e as doenças provocadas pelo conflito provocam mais mortes que os próprios actos violentos. No Congo, por exemplo, as mortes intencionais representam menos de 10 por cento do total. A maioria das pessoas morre por ficar sem acesso a alimentos ou atendimento médico, ou porque o sistema sanitário foi praticamente eliminado pelo conflito. As conclusões da Cruz Vermelha em relação ao Congo parecem espelhar as experiências em Angola, Libéria, Serra Leoa; todos os quais ainda estão a recuperar de conflitos brutais.

(Para mais informações sobre as questões humanitárias, consulte www.alertnet.org)

Investigação básica –
técnicas e ferramentas

procurar definições e números

Será que as reportagens sobre os inquéritos empregam expressões genéricas como ‘evoluções positivas’? Essas expressões são explicadas ou definidas? O que quer dizer um investigador quando emprega termos como ‘possibilidade’, ‘probabilidade’, ‘provável’ ou ‘improvável’? Existe a possibilidade de recorrer à matemática para definir a probabilidade, e até fornecer hipóteses precisas em relação à probabilidade de ocorrer um evento ou factor de causa. Sem isto, deve procurar uma associação entre a análise e os números citados, e verificar se o investigador empregou os termos de modo coerente.

A pergunta fundamental a fazer em relação aos estudos de estatística e de números é sempre: será que alguns destes números podiam ser interpretados de modo a lhes atribuir um significado diferente, ou processados de modo diferente (por exemplo, ao mudar as categorias ou as definições) para chegar a resultados diferentes? Se não possuir os conhecimentos para o fazer, deve recorrer à ajuda de um especialista em matemática no seu livro de contactos.

**lembre-se que os dados, por si,
não provam nada**

Os números raramente ‘comprovam’ seja o que for. Conforme já vimos, os pressupostos sobre os quais os estudos estão alicerçados e são interpretados podem criar uma perspectiva muito diferente dos números.

- Os dados que indicam quais as ONG no seu país que receberam ajuda dos doadores não nos dizem nada acerca de quão bem ou mal essa ajuda foi aplicada para alcançar os objectivos delas. Pode interpretar os dados no sentido de apoiar um apelo ao aumento ou à redução da ajuda, em função dos exemplos que seleccionou na lista.
- Os dados que comprovam que os aditivos nos alimentos não provocam cancro não eliminam a possibilidade de os mesmos provocarem outras doenças. Esses dados também não fornecem evidências de que o aditivo faz bem nem que é necessário na produção dos alimentos.

É evidente que os números constituem apenas um tipo de dados. São conhecidos como dados ‘firmes’, o que sugere que são mais sólidos e fiáveis. Frequentemente são-no. Mas dados ‘indicativos’ – estudos acerca das atitudes e de outros aspectos sociais, podem fornecer informação mais útil em relação a certos temas. E, embora os conhecimentos dos peritos seja vital, os conhecimentos locais (por exemplo, das pessoas mais idosas na sua comunidade que acompanharam as evoluções ao longo dos anos) também fornecem alguma informação útil. Os media, ao privilegiarem constantemente os dados ‘firmes’ facultados por peritos acima dos dados ‘indicativos’ e locais, enfraquecem o seu próprio papel na democracia. Enquanto jornalista, deve trabalhar com todos os tipos de dados de todas as fontes, aplicando uma contextualização hábil para ajudar os leitores a avaliarem os méritos de cada situação.

Os dados em áreas caracterizadas pela incerteza – talvez pelo campo de estudo ser novo e as controvérsias ainda não terem sido resolvidas – são os que mais dificuldades apresentam aos jornalistas, tornando possível que as partes interessadas se aproveitem da ignorância dos jornalistas nesses campos e assim criando mais incertezas. Esta foi a estratégia aplicada pela indústria do tabaco pelo mundo fora, ao tirar partido da falta de conhecimentos especializados por parte dos jornalistas. Antes de o elo entre o tabagismo e o cancro do pulmão ter sido indubitavelmente comprovado, esta indústria pagou aos investigadores para gerar estudos alternativos, de modo a procurar contrabalançar as críticas que associavam o cigarro ao cancro. A indústria da energia tem feito o mesmo, com êxito, em relação ao debate acerca do aquecimento global. As investigações científicas, credíveis e revistas pela comunidade científica apontam todas para o facto de que a actividade humana tem contribuído para prejudicar o meio ambiente. Mas qualquer jornalista, ao fazer uma pesquisa simples no Google, deparar-se-á com outros tantos artigos constatando o contrário, muitos deles gerados por ‘institutos de investigação’ supostamente idóneos financiados pela indústria da energia.

Por último, a investigação é frequentemente utilizada por aqueles no poder para limitar as opções e os debates políticos. Digamos que o governo financia uma investigação para saber se “Devíamos pagar compensação individual a todas as pessoas pela construção de uma barragem que irá inundar suas terras, ou se será melhor financiar um projecto de realojamento visando o realojamento de todos?” Não importa que exista dados ‘firmes’ a favor de uma das opções, pois as perguntas importantes acerca de outras opções, incluindo se “é imprescindível que a barragem seja construída” não foram respondidas. Não pense que é obrigado a limitar o seu artigo aos termos das perguntas de investigação dos outros.

Lembre-se do seguinte

- Muitos temas especializados ainda são objecto de exploração. Precisa de um perito (preferivelmente mais de um, que defendam opiniões diferentes) para o ajudar a fazer sentido dos argumentos que parecem apresentar uma resposta definitiva, nem que possuam dados firmes.
- O modo como os dados são recolhidos e interpretados são influenciados pelo contexto, incluindo factores sociais, políticos e culturais, o historial dos debates nas respectivas áreas, e quem está a financiar a investigação.

Exercício 6**Analisando os números**

Num comunicado à imprensa, o seu governo afirma que as medidas visando reduzir as importações de artigos de vestuário baratos da China foram bem sucedidas e que contribuíram para impulsionar o crescimento das indústrias de confecção de vestuário nos países africanos vizinhos. Cita os seguintes números – mas qual é a REALIDADE que eles revelam? (E o que é que ocultam?)

IMPORTAÇÕES DE VESTUÁRIO NO SEU PAÍS (valor em milhões de \$)

País de origem	2006 (antes da legislação relativa a importações)	2007 (após a legislação relativa a importações)
China	980	700
Resto de África	80	220
Outros (países principais: Índia, Bangladesh, Myanmar, Vietname)	20	60

- Reparou que o volume de importações não mudou – o que sugere que a indústria de confecção de vestuário no seu país continua a enfrentar uma grande concorrência dos produtos importados.
- As importações do resto de África quase que triplicaram. Mas será que são originárias de fábricas cujos proprietários são africanos, ou de fábricas baseadas em África mas cujos proprietários são estrangeiros?
- As importações de países não africanos triplicaram. Vietname e Myanmar estão localizados no Extremo Oriente, e existem muitas fábricas chinesas no Vietname. Ademais, o Myanmar é um país dirigido por uma ditadura militar repressiva, e muitos militantes defendem que ao comprarmos os produtos exportados por esse país estamos a apoiar o regime.

Face a isto, onde está a verdade? Nas estatísticas oficiais ou noutra sítio?

Estudos de caso

por Dr Joseph Hanlon

Este estudo de caso ilustra vários aspectos importantes acerca da técnica de investigação e do uso dos números. O que lançou a investigação de Hanlon foi um comunicado à imprensa assombroso emitido pelo Banco Mundial que não continha quaisquer cifras úteis. Hanlon viu-se obrigado a obter os números e fazer os cálculos para provar que o comunicado à imprensa estava a induzir os leitores em erro. A investigação foi publicada numa série de comunicados à imprensa e artigos na Internet a 23 de Abril, 5 de Maio, 6 de Maio e 4 de Junho de 1998. O artigo principal foi publicado no jornal *Metical* a 22 de Abril de 1998, seguido de outros artigos e respostas do FMI. Teve um impacto enorme, tanto na carga da dívida de Moçambique como nas políticas das instituições internacionais e financeiras.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial gozam de um enorme poder sobre os países pobres e parecem ser impossíveis de contestar por darem a parecer que empregam os melhores e mais bem pagos economistas do mundo. Como é que um jornalista de investigação solitário pode desafiar esse poder? Mas a imprensa desempenha o papel de questionar até as instituições financeiras internacionais.

O artigo que eu escrevi revelou a desonestidade do Banco Mundial, e contribuiu para que cancelasse alguma da dívida de Moçambique. Essa investigação revelou três aspectos importantes:

- O poder absoluto gera arrogância e desleixo em todas as instituições, a saber o FMI e o Banco Mundial, o que dá origem a erros graves, que os jornalistas de investigação podem descobrir.
- Folhas de cálculo, dados disponíveis ao público, e paciência são instrumentos mais úteis para os jornalistas de investigação do que as fontes secretas.

- Os grupos de pressão são também veículos importantes para o jornalismo de investigação. Visto que procuram defender determinados interesses, têm mais tempo e espaço para realizar as investigações necessárias.

Eu estou baseado em parte em Maputo, Moçambique e em parte em Londres, na Inglaterra, onde exerço a profissão de jornalista, maioritariamente em regime de *free-lance*. Mas também tenho aplicado os meus conhecimentos de jornalismo de investigação para outros propósitos, liderando o Estudo de Peritos Independentes da Commonwealth (Commonwealth Independent Expert Study) sobre as Sanções contra a África do Sul nos finais dos anos de 1980, enquanto oficial de política para a campanha do Jubileu 2000 visando cancelar a dívida dos países pobres nos finais dos anos de 1990, e mais recentemente na qualidade de Leitor Sénior em estudos de desenvolvimento na Open University no Reino Unido. Mas, em paralelo com as minhas tarefas nestes cargos, sempre escrevi livros e artigos, e há uma década escrevia com regularidade para o jornal quotidiano em Maputo, publicado por fax, o *Metical*.

Há uma década, a questão da dívida dos países pobres estava a ganhar proeminência. A campanha do Jubileu 2000 preparava-se para organizar uma enorme demonstração na reunião dos dirigentes do G8 – o grupo dos oito países mais ricos – em Birmingham, na Inglaterra, a 16 de Maio de 1998. (50,000 pessoas formaram uma cadeia humana em torno do local da conferência, um símbolo das cadeias da dívida.) O Banco Mundial e o FMI estavam ansiosos por demonstrar que estavam a reagir e, a 7 de Abril de 1998, anunciaram a iniciativa dos países pobres altamente endividados (HIPC). Moçambique era um dos países mais pobres do mundo e gastava mais no serviço da dívida do que na saúde ou na educação e, como tal, era visto como país prioritário. Num comunicado à imprensa de 7 de Abril de 1998, o Banco Mundial anunciou que o “alívio” da dívida ao abrigo da iniciativa HIPC iria “libertar recursos orçamentais e permitir que Moçambique alargasse os parâmetros dos seus esforços de desenvolvimento”. Por outras palavras, o dinheiro que estava a ser aplicado no pagamento da dívida podia agora ser utilizado para a saúde e a educação. O único problema era que essa se tratava de uma afirmação falsa.

Dei início à minha investigação porque “parecia estar algo de errado” no comunicado de imprensa do Banco Mundial. Nessa altura, todo o processo de HIPC estava rodeado de segredos e confusão, e o comunicado à empresa do Banco Mundial (<http://go.worldbank.org/6QYFWXCP60>) não continha quaisquer números úteis. Por intermédio de outro grupo que integrava a campanha consegui obter uma cópia do Documento Final da HIPC datado de 31 de Março de 1998, que terá sido aprovado pelos órgãos directores tanto do FMI como do Banco Mundial. (Hoje, esses documentos estão disponíveis ao público, o que terá facilitado a minha tarefa na altura, embora não a tornando menos importante). Apanhei o primeiro choque quando constatei que nem os colaboradores do Banco nem os do FMI haviam informado os seus próprios directores em quanto os pagamentos de Moçambique haviam sido reduzidos, nem lhes haviam apresentado informação suficiente para eles poderem calcular o montante. Os directores receberam apenas uma declaração sem fundamentos, semelhante ao comunicado de imprensa; esses aprovaram o pacote porque foram informados pelos seus colaboradores que se tratava de um bom pacote, sem possuir os meios para fazerem um julgamento informado.

Pouco tempo antes, eu havia publicado uma obra sobre o desenvolvimento de Moçambique intitulada *Peace Without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique* (1996, Oxford: James Currey) e havia obtido vários documentos do FMI e do Banco Mundial de fontes em Moçambique, tanto no seio do governo como da comunidade doadora. Ao introduzir os dados do Documento Final da HIPC e de um dos documentos do FMI numa folha de cálculo, consegui calcular quanto Moçambique tinha estado a pagar e quanto iria pagar após o “alívio” no âmbito da iniciativa HIPC. E a resposta foi que pagava \$107 milhões de dólares por ano antes da HIPC, e um pouco mais após o “alívio” da dívida.

Por outras palavras, os colaboradores do Banco Mundial e do FMI, para além de terem sido desonestos na sua declaração pública, haviam também induzido em erro os seus próprios superiores. Eu publiquei um artigo no *Metical* a 22 de Abril de 1998 e emiti um comunicado à imprensa em nome do Jubileu 2000 a 23 de Abril de 1998. Inicialmente, o FMI contestou os meus cálculos. Depois, uns poucos dias antes da reunião do G8 em Birmingham e da demonstração prevista, a 12 e 14 de Maio, o FMI tomou uma medida sem precedentes ao emitir dois conjuntos diferentes de valores em relação aos pagamentos da dívida de Moçambique. Os dois conjuntos de dados eram contraditórios, embora ambos confirmassem que os meus cálculos e comunicado à imprensa estavam correctos. No âmbito do HIPC, o Banco e o Fundo estavam a cancelar dívidas que Moçambique, de qualquer modo, não estava a pagar, e o comunicado à imprensa do Banco estava incorrecto e induzia em erro.



Qual foi o resultado?

O G8 em Birmingham aceitou que o HIPC não era suficiente, e apelou a um alívio mais profundo da dívida. Um ano depois, a 2 de Abril de 1999, os colaboradores do Banco e do Fundo admitiram perante os seus órgãos directores que eu tinha razão: os pagamentos de serviço da dívida “não são dramaticamente diferentes” do que dantes, porque o HIPC apenas cancelou a dívida que não estava a ser reembolsada e nunca seria reembolsada. Depois, a 30 de Junho, o Banco e o Fundo fizeram novos cálculos e fizeram um corte real nos pagamentos de serviço da dívida de Moçambique – para \$70 milhões por ano – que reduziram posteriormente para \$50 milhões por ano. O resultado disto foi que \$1 milhão por semana estava disponível para despesa adicional em saúde e educação em Moçambique.

Já escrevi muitas reportagens de investigação, incluindo algum trabalho relacionado com o assassinato do meu amigo, o redactor do *Metical*, Carlos Cardoso. Mas escolhi este artigo, embora fosse mais antigo, porque acho que teve mais impacto do que qualquer outro da minha autoria – provou que o Banco Mundial e o FMI estavam a mentir em relação ao alívio da dívida. É evidente que não é um artigo que vai mudar o mundo, mas contribuiu para mudar a perspectiva dos dirigentes do G8, impulsionou a mudança nas políticas do Banco e do Fundo, e ajudou Moçambique a poupar \$1 milhão por semana – nada mau para uma única investigação.

Também escolhi este artigo por ilustrar uma série de aspectos importantes acerca do jornalismo de investigação:

- A importância da especialização. Havia colaborado em obras relacionadas com Moçambique e possuía bastantes documentos económicos, a saber relatórios do FMI. Depois comecei a especializar no tema da dívida, e daí criei novos contactos e obtive acesso a outros relatórios. Normalmente, as minhas investigações começam com um “palpite” – algo me dizia que o Banco Mundial estava enganado, e isso emanou puramente da experiência do trabalho acerca de Moçambique e da dívida. A especialização também me deu acesso a documentos.
- O terreno intermédio entre o público e o secreto é muito útil para os jornalistas. Os relatórios do FMI e do Banco Mundial, por exemplo, são frequentemente supostamente ‘confidenciais’ mas são distribuídos a tantas pessoas que é fácil obter um exemplar. Hoje, a Internet contém muitas mais informações.
- Frequentemente, a investigação exige muita leitura, muita paciência e alguma experimentação com uma folha de cálculo. Esta investigação não contou com quaisquer fontes secretas. Aliás, foram reunidas informações de uma série de documentos diferentes e depois utilizadas de um modo inesperado para os colaboradores do Banco Mundial e do FMI – uma parte da arrogância do poder é pensar que, se a informação não for disponibilizada em formato simples, os jornalistas não se darão ao trabalho e consultar outras fontes.
- A importância da exactidão e da fiabilidade. O meu comunicado à imprensa para o Jubilee 2000 foi aceite com seriedade pelos jornalistas económicos, pelo FMI e pelo Tesouro Britânico porque havíamos estabelecido um historial de poder provar as afirmações que fazíamos. Um erro ou exagero pode destruir a reputação e a credibilidade de um jornalista de investigação. Mas, por outro lado, tanto as fontes como os leitores confiam num jornalista idóneo.
- Frequentemente, o jornalismo de investigação decorre à margem da imprensa corrente. Utilizei estas técnicas nos comunicados à imprensa do Jubilee 2000 e em investigações para artigos académicos publicados em revistas de prestígio. Isto também significa que os jornalistas nunca devem ignorar os grupos de pressão e os académicos, porque eles têm tempo ao seu dispor e estão suficientemente motivados para realizar investigações idóneas. É evidente que frequentemente querem defender determinados interesses – como foi o meu caso quando trabalhei para o Jubilee 2000 – mas os resultados, se forem consubstanciados, podem ser explosivos.

O jornalismo de investigação exige um trabalho árduo. Mas pode contribuir para mudanças reais.

Aspectos importantes deste capítulo

- ✓ **Utilize ferramentas de gestão de dados – quer seja um software informático ou um bom arquivo – para desenvolver o seu rasto documental e controlar os pormenores da sua investigação.**
 - ✓ **Desenvolva as suas aptidões de RAC, traçar perfis, seguir o rasto de documentos, e mineração de dados.**
 - ✓ **Se existirem leis relativas ao Acesso a Informação no seu país – recorra a elas.**
 - ✓ **Se ainda não existirem tais leis no seu país, junte-se a campanhas para que sejam introduzidas.**
 - ✓ **Lembre-se que ao trabalhar com, e por intermédio de organizações nos países onde existem tais leis, poderá aceder a informação pela ‘porta traseira’.**
 - ✓ **Procure maneiras de empregar números e estatísticas para fortalecer até os artigos de carácter social ou baseados em ideias.**
 - ✓ **Analise os dados numéricos com o intuito de identificar ideias ou perspectivas para artigos.**
 - ✓ **Domine as técnicas básicas do trabalho com números.**
 - ✓ **Interrogue sempre os números e as estatísticas para identificar a origem dos mesmos e como são compilados.**
 - ✓ **Verifique sempre os números – quer sejam os seus ou aqueles fornecidos por outros – para se certificar de que os cálculos estão correctos.**
 - ✓ **Lembre-se que as estatísticas são compiladas por seres humanos; não são inquestionáveis e raramente constituem ‘provas’ em si.**
-

- ✓ **Faça perguntas acerca dos números com perguntas curtas, fechadas e faseadas, de modo a assegurar que obtém respostas precisas.**
- ✓ **Torne os números compreensíveis aos leitores ao arredondá-los ou explicá-los, mas não os distorça quando os coloca em palavras.**

Glossário

- **Acesso a informação / Liberdade de informação** – (A necessidade de haver) legislação que permita que o público tenha acesso aos registos do governo e do sector privado que sejam do interesse do público
- **Reportagem assistida por computador** – recorrendo à Internet para encontrar e analisar informação
- **Desenvolvimento da cronologia** – colocar os eventos, conforme obtidos dos registos, e inseri-los num cronograma para saber o que se passou (e quem estava presente) a cada momento da série de eventos que está a investigar
- **Base de dados e gestão da base de dados** – um conjunto de estatísticas, ou factos registados ou adquiridos mantidos por uma instituição para os gerir, para desenvolver constatações e acompanhar as evoluções. Um jornalista pode criar e gerir a sua própria base de dados
- **Mineração de dados** – pesquisa metódica das bases de dados para formular constatações
- **Rasto documental** – o rasto que se verifica quando um registo leva a um outro
- **Antecedentes paralelos** – utilizar registos provenientes de diferentes entidades e compará-los para formular constatações acerca de um determinado evento ou indivíduo
- **SAHA** – o Arquivos Históricos da África do Sul, que recorrem à legislação de acesso a informação da África do Sul para aceder aos registos do Governo sul-africano e do sector privado

Further reading

- Ler a investigação levada a cabo por Stiglitz e Bilmes acerca dos custos da guerra no Iraque na obra *The Three Trillion Dollar War* (Norton 2008) ou leia um resumo desta obra em http://www.timesonline.co.uk/tol/comment/columnists/guest_contributors/article3419840.ec, Fev. 2008.
- Para mais informação sobre a gestão de bases de dados e diferentes ferramentas para o mapeamento de estatísticas e bases de dados, consulte www.ire.org and www.nicar.org. Estes sites são também úteis para tutoriais e dicas relacionadas com os diversos aspectos das técnicas de pesquisa
- O UK CIJ possui bons *links* a motores de busca e sites com bases de dados úteis: <http://www.tcij.org/links>
- O site do FAIR www.fairreporters.org fornece (em 'resource centre', 'library' e 'links') uma lista de sites de apoio à pesquisa digital (como enciclopédias, serviços de tradução e um motor de busca para páginas antigas)
- Para conhecer a situação actual da legislação em relação à imprensa nos países africanos: a KAS publicou, em formato PDF, no seu site, alguns esboços das leis da imprensa em Moçambique, RDC, África do Sul, Malawi, Botswana e Namíbia.
- Consulte uma lista de organizações que promovem o acesso a informação, assim como uma lista de sites especializados, no fundo do Capítulo 5.
- A melhor obra para entender estatísticas, embora date de há meio século, é *How To Lie With Statistics* (1954) da autoria de Darryl Huff.
- Boas ferramentas de formulação de perfis são a conservatória dos registos comerciais da África do Sul (acessível em www.sacompany.co.za, a uma taxa de inscrição acessível, ou através do centro de apoio do FAIR Helpdesk; www.deedsearch.co.za; e Google Earth em <http://earth.google.com>. O centro de apoio do FAIR também oferece apoio à pesquisa de registos de sociedades a nível internacional.
- Uma excelente obra *Numbers in the Newsroom*, da autoria de Sarah Cohen, pode ser encomendado da IRE (www.ire.org).